



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100  
- www.crea-rs.org.br

## PLANEJAMENTO

Processo nº 2025.000013731-4

### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE FISCALIZAÇÃO - 2026

#### Gestão 2024/2026

#### 1. INTRODUÇÃO

O presente *Plano de Ação de Fiscalização* do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea-RS), para o exercício de 2026, tem como objetivo primordial estabelecer diretrizes, metas e procedimentos para o planejamento e operacionalização das atividades fiscalizatórias sobre o exercício das profissões de Engenharia e Agronomia no Estado. A sua elaboração está alinhada às disposições da Resolução n.º 1.134 do Confea, de 28 de outubro de 2021, que "*aprova os princípios, as diretrizes e os procedimentos para a supervisão e a gestão da fiscalização do exercício e da atividade profissional do Sistema Confea/Crea, e dá outras providências*". Conforme determina o Artigo 10 da referida resolução, este documento possui caráter tático-operacional, servindo como guia para a execução coordenada e eficiente das ações de fiscalização.

A construção deste planejamento para 2026 deu-se a partir de um processo colaborativo, que incluiu:

- Consulta às Câmaras Especializadas e Inspetorias, visando identificar empreendimentos-alvo e atividades de relevante interesse público para integrarem a agenda de fiscalização.
- Validação em fórum consultivo, ocorrido no bem-sucedido 40º Seminário das Inspetorias, garantindo a representatividade e o alinhamento das demandas regionais.
- Sincronia com as metas nacionais de fiscalização propostas pelo Confea para o ciclo 2025-2027, assegurando uma atuação harmônica e coesa no âmbito do Sistema.

Para 2026, este plano incorpora lições aprendidas e busca uma evolução em sua abordagem, introduzindo maior ênfase em:

- Prevenção e orientação: atuando de forma proativa para evitar irregularidades.
- Transparência e dados abertos: utilizando o Setor de Geoprocessamento (SGPR) para divulgar resultados e informar a sociedade.
- Atuação baseada em risco: direcionando esforços para áreas e atividades com maior potencial de impacto à sociedade e ao meio ambiente.
- Sustentabilidade e inovação tecnológica: alinhando a fiscalização aos novos desafios tecnológicos e à necessária responsabilidade ambiental, temas cada vez mais centrais nas profissões supervisionadas.

Desta forma, o Crea-RS reafirma seu compromisso com a missão de proteger a sociedade, assegurando que obras e serviços técnicos sejam desenvolvidos por profissionais e empresas devidamente habilitados, em conformidade com os princípios éticos, legais e de qualidade técnica que regem o exercício profissional.

## 2. IDENTIDADE INSTITUCIONAL: MISSÃO, VISÃO E VALORES

A atuação da Gerência de Fiscalização do Crea-RS está intrinsecamente alinhada à identidade organizacional do Conselho, que serve como farol orientador para todas as suas atividades, decisões e relações institucionais. Essa identidade é constituída pela Missão, Visão e Valores, que definem a razão de ser, a aspiração futura e os princípios éticos da autarquia.

### 2.1. MISSÃO

Proteger a sociedade, assegurando o exercício legal e o desenvolvimento das atividades de profissionais e empresas da Engenharia e Agronomia, visando à saúde e à proteção da vida.

### 2.2. VISÃO

Ser reconhecido no âmbito do Sistema Confea/Crea e Mútua, pelos profissionais e pela sociedade, como um Conselho comprometido em proteger a sociedade, assegurando o exercício legal e o desenvolvimento de atividades de profissionais e empresas da Engenharia e Agronomia em prol da sustentabilidade socioeconômica e ambiental, do desenvolvimento nacional e da promoção do respeito, dignidade e da valorização profissional.

### 2.3. VALORES

Os valores que fundamentam a atuação do Crea-RS e, por consequência, de sua Gerência de Fiscalização, são:

- Responsabilidade Social: compromisso com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da coletividade.
- Responsabilidade Ambiental: atuação pautada pela preservação e conservação do meio ambiente.
- Responsabilidade Governamental: gestão ética, transparente e eficiente dos recursos e mandatos.
- Serviços de Excelência à Sociedade: busca contínua pela qualidade e eficácia nos serviços prestados.
- Integridade, Ética e Cidadania: conduta ilibada, baseada na moralidade, honestidade e respeito aos direitos do cidadão.
- Transparência: comunicação clara, acesso à informação e prestação de contas à sociedade.
- Valorização Profissional e Funcional: reconhecimento e estímulo ao desenvolvimento de profissionais e colaboradores.

- Participação e Posicionamento Social: engajamento ativo nos debates e causas relevantes para a sociedade e as profissões.

Essa identidade institucional consolida o compromisso do Crea-RS com uma fiscalização que vai além do caráter punitivo, posicionando-a como uma ferramenta estratégica para a construção de um ambiente profissional ético, qualificado e em constante sintonia com as necessidades e a segurança da sociedade gaúcha.

### 3. **PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS**

A atuação da Gerência de Fiscalização do Crea-RS orienta-se por princípios fundamentais e diretrizes estratégicas que garantem a legalidade, a eficiência e a efetividade das ações fiscalizatórias, sempre alinhadas aos objetivos institucionais de proteção à sociedade e valorização profissional.

#### 3.1. **PRINCÍPIOS DA FISCALIZAÇÃO**

Os princípios que regem as atividades de fiscalização estão ancorados na Resolução nº 1.134 do Confea, de 2021, e nos valores institucionais do Crea-RS:

- Respeito ao Recurso Público: atuação com zelo, economicidade e transparência na aplicação dos recursos, maximizando o retorno para a sociedade.
- Obediência aos Princípios Constitucionais da Administração Pública: conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência em todas as ações.
- Conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público: conduta pautada pela integridade, probidade e decoro no exercício das funções.
- Prevalência da Hierarquia Normativa: respeito à supremacia do interesse público e à ordem jurídica estabelecida.
- Automação de Processos: implementação progressiva de soluções tecnológicas para ganho de eficiência e padronização.
- Padronização de Procedimentos: uniformização de métodos e rotinas para garantir isonomia e qualidade nas ações fiscalizatórias.
- Tomada de Decisão Baseada em Dados e Indicadores: uso sistemático de evidências e métricas para orientar o planejamento e a avaliação de resultados.
- Aprimoramento Contínuo: busca permanente pelo aperfeiçoamento dos processos e adaptação a novos contextos, visando à excelência dos resultados.
- Universalidade: abrangência na fiscalização de todos os grupos e modalidades profissionais, observadas as características regionais, tendo em vista o caráter multiprofissional do Sistema Confea/Crea.

#### 3.2. **DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA 2026**

Para o exercício de 2026, a fiscalização do Crea-RS incorporará as seguintes diretrizes estratégicas:

- Fiscalização Preventiva e Educativa: priorização de ações que antecipem e previnam irregularidades, com ênfase na orientação a profissionais, empresas e sociedade sobre a legislação profissional e as boas práticas técnicas.

- Atuação Baseada em Risco: direcionamento dos esforços fiscalizatórios para áreas, atividades e regiões com maior potencial de impacto à segurança, saúde pública e meio ambiente, otimizando recursos e maximizando resultados.
- Transparência e Prestação de Contas: divulgação ampla e acessível dos resultados da fiscalização, por meio de relatórios, painéis dinâmicos e canais de comunicação, fortalecendo a credibilidade institucional.
- Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental: integração de critérios socioambientais nas ações fiscalizatórias, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à legislação ambiental.
- Inovação e Transformação Digital: Adoção de tecnologias como georreferenciamento, inteligência artificial e análise preditiva para modernizar processos e aumentar a eficácia da fiscalização.
- Integração Interinstitucional: fortalecimento de parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e federais para ações conjuntas, compartilhamento de informações e ampliação do alcance da fiscalização.
- Valorização Profissional e Desenvolvimento de Pessoas: investimento contínuo na capacitação e no desenvolvimento técnico dos Agentes Fiscais, garantindo equipe qualificada e motivada.
- Foco no Cidadão: garantia de que as ações de fiscalização atendam às necessidades e expectativas da sociedade, assegurando a qualidade e segurança de obras e serviços técnicos.

Esses princípios e diretrizes constituem o marco orientador que fundamenta todas as decisões e ações desta Gerência de Fiscalização, assegurando uma atuação técnica, ética e alinhada aos anseios da sociedade gaúcha.

#### 4. **OBJETIVOS**

A atuação fiscalizatória do Crea-RS para o ano de 2026 será orientada por uma estrutura clara e objetiva, que visa não apenas coibir irregularidades, mas também promover um ambiente de exercício profissional ético, qualificado e em conformidade com a legislação. Esta estrutura está alinhada com a Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com a Resolução n.º 1.134 do Confea, de 2021, e com as diretrizes nacionais de fiscalização. Ela deve ser preventiva, educativa e coercitiva. No aspecto educativo, o Crea-RS deve orientar os profissionais, as entidades públicas, os dirigentes de empresas e outros segmentos da sociedade sobre a legislação que regula o exercício das profissões abrangidas pelo sistema Confea/Crea, bem como sobre os direitos da sociedade. Por outro lado, no aspecto punitivo, a fiscalização deve ser rigorosa e ágil, visando a correção de irregularidades.

Estão sujeitos à fiscalização do Crea-RS os leigos, os profissionais do Sistema Confea/Crea e as pessoas jurídicas de direito público ou privado, que executam ou se destinam a executar serviços ou obras nas áreas de Engenharia ou Agronomia. A regularidade dos serviços prestados à sociedade é comprovada pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que deve ser registrada por um profissional legalmente habilitado, detalhando o serviço realizado.

##### 4.1. **OBJETIVO GERAL**

Verificar e garantir o exercício legal das profissões regulamentadas pela Lei n.º 5.194, de 1966, no Estado do Rio Grande do Sul, assegurando que obras e serviços técnicos nas áreas de Engenharia ou Agronomia sejam executados por profissionais e empresas devidamente habilitados, em

conformidade com os princípios éticos, promovendo a segurança da sociedade, a proteção ao meio ambiente e a qualidade técnica dos serviços prestados, atendendo às necessidades da sociedade.

#### 4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para a consecução do objetivo geral, a Gerência de Fiscalização estabelece os seguintes objetivos específicos para o ano de 2026:

- Fortalecer a fiscalização do exercício profissional: atuar de forma abrangente e equilibrada sobre todas as Modalidades profissionais (Civil, Agrimensura, Elétrica, Mecânica e Metalúrgica, Química, Agronomia, Florestal, Geologia e Minas e Segurança do Trabalho), garantindo o cumprimento das atribuições profissionais e dos preceitos éticos.
- Combater o exercício ilegal: fiscalizar obras e serviços de forma a coibir e reprimir a atuação de leigos e empresas não registradas em atividades privativas dos profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea.
- Ampliar a fiscalização no âmbito público: intensificar a atuação junto a instituições públicas, verificando a regularidade das contratações, nomeações e a presença de profissionais habilitados na gestão e execução de obras e serviços públicos.
- Garantir a regularidade de empresas: assegurar que as pessoas jurídicas que executam atividades nas áreas de Engenharia ou Agronomia mantenham-se devidamente registradas no Crea-RS e possuam quadro técnico regularizado, conforme dispõem as Leis n.º 5.194, de 1966, e n.º 6.496, de 1977.
- Promover a defesa do uso racional de recursos: atuar na fiscalização para garantir a aplicação de tecnologias adequadas e o uso racional de produtos, insumos e recursos naturais, visando a proteção da sociedade, dos trabalhadores e do meio ambiente.
- Incentivar a qualidade técnica: garantir que a prestação de serviços técnicos à sociedade seja realizada por profissionais habilitados, em condições de oferecer tecnologia moderna e adequada, visando alcançar objetivos técnicos, econômicos e sociais compatíveis com o desenvolvimento sustentável e as necessidades dos usuários.
- Orientar e educar profissionais e sociedade: desenvolver ações educativas e de orientação para profissionais, empresas, entidades públicas e a sociedade em geral sobre a legislação profissional, a importância da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e os direitos da sociedade quanto à qualidade e segurança de obras e serviços.
- Implementar a fiscalização baseada em dados e risco: otimizar a alocação de recursos e esforços por meio da análise de dados e do direcionamento das ações para áreas e atividades com maior potencial de risco e impacto, aumentando a eficiência e a efetividade da fiscalização.

Estes objetivos específicos serão operacionalizados por meio das estratégias, ações e metas detalhadas nos capítulos subsequentes deste planejamento, constituindo-se no roteiro para uma atuação fiscalizatória moderna, proativa e de resultados no ano de 2026.

#### 5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ATRIBUIÇÕES

A execução das atividades de fiscalização no âmbito do Crea-RS é conduzida pela Gerência de Fiscalização (GFIS), unidade estratégica responsável por planejar, desenvolver, coordenar, executar, controlar e avaliar todas as ações destinadas a garantir o exercício legal das profissões da Engenharia e Agronomia no Estado do Rio Grande do Sul, para o devido cumprimento da missão do Sistema Confea/Crea.

A estrutura da GFIS foi desenhada para otimizar a governança, a eficiência operacional e o suporte às atividades-fim, assegurando que a fiscalização seja realizada de forma padronizada, ágil e alinhada aos preceitos da administração pública. A GFIS é composta por núcleos e setores especializados, com atribuições bem definidas e integradas, conforme detalhado a seguir:



### 5.1. SETOR DE GEOPROCESSAMENTO (SGPR)

Estrutura e mantém o sistema de informações geográficas do Crea-RS, sustentado no banco de dados da fiscalização. É responsável por produzir análises espaciais que subsidiam o planejamento e a conclusão das ações, além de compartilhar informações por meio de mapas temáticos, relatórios de transparência, gráficos e painéis dinâmicos, divulgando os resultados do Conselho para a sociedade.

### 5.2. NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO (NFIS)

Tem como finalidade assessorar a Gerência de Fiscalização no planejamento e coordenação macro das ações. É responsável por elaborar projetos de ações especiais, orientar e coordenar os Supervisores Regionais em suas atividades, garantindo a uniformidade dos procedimentos e a consecução das metas estabelecidas.

#### 5.2.1. SUPERVISÕES DE FISCALIZAÇÃO (SFIS)

Representam a linha de frente operacional da GFIS. Divididas nas quatro Regionais do Estado (Litoral/Metropolitana, Serra/Sinos, Central/Sul/Fronteira Sudoeste e Alto-Uruguai/Fronteira Oeste/Noroeste/Planalto), as Supervisões têm a atribuição de orientar diretamente os Agentes Fiscais, executar as ações planejadas e garantir o cumprimento das metas estabelecidas para cada região, adaptando as estratégias às peculiaridades locais.

### 5.3. **NÚCLEO DE PROCESSOS DA FISCALIZAÇÃO (NPRF)**

Atua como central de inteligência processual, responsável pelo recebimento, triagem e distribuição de demandas originárias das 44 Inspetorias e das 8 Câmaras Especializadas do Conselho. Tem por finalidade desenvolver, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades para apoio administrativo à Gerência de Fiscalização. Desempenha função vital no controle de prazos e no encaminhamento de denúncias e diligências para os Agentes Fiscais, assegurando a celeridade e o devido tratamento legal aos processos.

### 5.4. **NÚCLEO DE CONTROLE E LOGÍSTICA (NCLO)**

É o responsável pelo controle estatístico dos dados de fiscalização e pela coordenação da logística operacional. Suas atribuições incluem o acompanhamento de indicadores, a gestão de diárias e o suporte logístico necessário para o deslocamento das equipes de campo.

#### 5.4.1. **SETOR DE SUPORTE E LOGÍSTICA (SLOG)**

Operacionaliza os recursos logísticos da GFIS, gerenciando a frota oficial (incluindo o controle de manutenções preventivas e corretivas, trocas de filtro e óleo, abastecimento, condução dos procedimentos decorrentes de infração de trânsito e sinistro, bem como manutenção da documentação dos veículos oficiais organizada e acessível aos motoristas), controlando as despesas com diárias, viabilizando os recursos materiais necessários para o pleno funcionamento das atividades de fiscalização.

Essa estrutura coesa e multifuncional permite ao Crea-RS uma atuação fiscalizatória moderna, fundamentada em dados, orientada na busca de resultados satisfatórios, sempre em consonância com a missão institucional de proteção à sociedade e valorização profissional.

## 6. **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL** 🇧🇷

Para otimizar a gestão, operacionalização e atendimento às demandas de fiscalização em todo o território gaúcho, o Crea-RS mantém uma estrutura descentralizada organizada em Regionais. Essa divisão considera características geográficas, econômicas e a densidade de atividades técnicas em cada região, permitindo uma atuação mais focalizada, ágil e adaptada às realidades locais.

A estrutura de regionalização para 2026 é mantida e consolida a seguinte divisão:

I - **REGIONAL 1:** abrange as áreas do Litoral e Metropolitana, compreendendo municípios com significativa atividade turística, urbana e industrial. Esta regional concentra grandes obras de infraestrutura, complexos industriais e uma alta densidade de profissionais e empresas, demandando uma atuação fiscalizatória diversificada e intensiva.

II - **REGIONAL 2:** compreende as regiões da Serra e Vale dos Sinos, caracterizadas por um polo metalmeccânico de destaque nacional, forte presença do setor moveleiro, além de uma expressiva atividade turística e agroindustrial. A fiscalização nesta Regional prioriza a indústria, os parques e as atividades vinculadas ao agronegócio.

III - **REGIONAL 3:** cobre uma vasta área que inclui as regiões Central, Sul e Fronteira Sudoeste. Esta regional possui uma economia fortemente baseada no agronegócio, com grandes propriedades rurais, unidades armazenadoras de grãos e uma fronteira estratégica. As ações de fiscalização são voltadas para a agropecuária, energia fotovoltaica, armazenagem e obras de infraestrutura rural.

IV - **REGIONAL 4:** abrange as regiões do Alto-Uruguai, Fronteira Oeste, Noroeste e Planalto. Caracteriza-se pela produção agrícola diversificada, pela pujança da suinocultura e avicultura, e por um parque industrial em crescimento. A fiscalização nesta Regional foca em propriedades rurais, irrigação, agroindústrias e no setor de energias renováveis.

Cada Regional é supervisionada por uma Supervisão de Fiscalização (SFIS), que atua como braço operacional da Gerência de Fiscalização, garantindo a implementação das ações planejadas e a correta aplicação dos procedimentos em sua área de atuação. Essa divisão estratégica assegura ao Crea-RS uma capilaridade fundamental para o cumprimento eficaz de sua missão fiscalizatória em todos os quadrantes do Estado.

## 7. FERRAMENTAS E TECNOLOGIAS

A modernização e a eficiência da fiscalização do Crea-RS são diretamente potencializadas pelo uso estratégico de ferramentas e tecnologias. Para 2026 está prevista a consolidação e o aprimoramento de um ecossistema tecnológico integrado, destinado a dar suporte a todas as etapas do processo fiscalizatório, desde o planejamento inteligente até a análise de resultados.

### 7.1. SISTEMA CORPORATIVO E APLICATIVO INFOFISC

O Sistema Corporativo APOLO permanece como a espinha dorsal digital, centralizando informações de processos, profissionais, empresas e denúncias. Para 2026 o foco será a estabilização e o aprimoramento do aplicativo Infofisc, ferramenta essencial para os Agentes Fiscais em campo, com as seguintes melhorias previstas:

- Estabilidade e performance (correção de falhas e otimização para garantir operacionalidade contínua e sincronização eficiente de dados).
- Novas funcionalidades.
- *Checklist* eletrônico interativo (guias de fiscalização específicas por tipo de ação - obra civil, posto de combustível, etc. -, reduzindo a subjetividade e padronizando a coleta de informações).
- *Upload* em tempo real de mídias (possibilidade de anexar fotos, vídeos e documentos diretamente do local da fiscalização ao relatório).
- Assinatura eletrônica (para coleta de assinaturas dos envolvidos na fiscalização, agilizando e conferindo maior validade jurídica ao processo).
- Integração com a base de dados públicos (conexão com APIs de órgãos, como a Receita Federal e Municípios, para consulta e cruzamento automático de informações).

### 7.2. PLATAFORMA DE GEOPROCESSAMENTO (SGPR)

O Setor de Geoprocessamento (SGPR) atuará como um centro de inteligência territorial, evoluindo da simples geração de mapas para uma atuação analítica e preditiva:

- Painéis de controle dinâmicos (desenvolvimento de *dashboards* interativos para monitoramento em tempo real de indicadores de desempenho, ações em andamento e resultados por regional, modalidade profissional e tipo de ação).
- Mapas de calor de risco (criação de camadas georreferenciadas que identifiquem áreas com maior concentração de denúncias, sinistros, empreendimentos irregulares e novas licenças de obra, permitindo o direcionamento proativo da fiscalização).
- Roteirização inteligente (planejamento de rotas de fiscalização que otimizem o deslocamento das equipes, agrupando ações por proximidade geográfica).

### 7.3. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E CANAIS DE COMUNICAÇÃO

- Portal da transparência da fiscalização: início de estudos para a criação de um módulo específico no *site* do Crea-RS para divulgação de dados abertos sobre a fiscalização, incluindo relatórios consolidados, metas, resultados das operações especiais e um canal de denúncias integrado.

- Canais de atendimento digital: publicidade do uso de canais, como *whatsapp business* e *chat online*, para recebimento de denúncias e orientações, aumentando a acessibilidade da sociedade.

#### 7.4. FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE DADOS E INTELIGÊNCIA

- *Business Intelligence* (BI): estudo para implementação de ferramentas de BI para análise aprofundada dos dados corporativos, identificação de tendências, padrões de irregularidade e geração de *insights* para o planejamento estratégico.

- Análise preditiva: início de estudos para o desenvolvimento de modelos preditivos que identifiquem potenciais focos de irregularidade com base em dados históricos e variáveis econômicas.

#### 7.5. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA

- Mobilidade: fornecimento de *smartphones* corporativos para todos os Agentes Fiscais, garantindo o acesso ao Infofisc e às demais ferramentas em campo.

- Segurança da informação: revisão e atualização das políticas de segurança para proteção dos dados, com treinamentos específicos para a equipe sobre o tema.

Esse conjunto de ferramentas e tecnologias, quando plenamente implementado, transformará a fiscalização do Crea-RS em uma atividade cada vez mais precisa, ágil e baseada em evidências, consolidando o Conselho como uma instituição moderna e de referência no âmbito do Sistema Confea/Crea.

## 8. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIAS DE FISCALIZAÇÃO

### 8.1. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO

A elaboração do presente Planejamento de Fiscalização para 2026 seguiu uma metodologia estruturada e participativa, garantindo robustez técnica e alinhamento institucional. O processo foi conduzido em etapas distintas:

#### a) Consulta técnica preliminar:

- Solicitação às Câmaras Especializadas e às Inspetorias: foi requisitada a indicação de empreendimentos a serem fiscalizados em 2026, em conformidade com o artigo 14 da Resolução n.º 1.134 do Confea, de 2021.

- Critérios para indicação: solicitado que as indicações fossem fundamentadas no potencial de proteção à vida, risco social envolvido, abrangência de um maior número de atividades profissionais e no caráter multiprofissional do empreendimento.

- Elementos obrigatórios: cada indicação deveria ser acompanhada de uma justificativa detalhada, contendo "O que fiscalizar?", "Por que fiscalizar?", "Como fiscalizar?" e o embasamento legal.

#### b) Consolidação e validação:

- Sistematização pela GFIS: consolidação e tabulação das indicações recebidas em um documento único.

- Validação em fórum representativo: as propostas foram apresentadas, debatidas e validadas no 40º Seminário das Inspetorias, realizado em Xangri-lá, RS, de 30/10 a 1º/11, contando com a participação dos representantes das Câmaras na Coordenadoria das Inspetorias (COI), dos representantes zonais, dos Inspetores, da Gerência de Fiscalização, dos Chefes de Núcleo e dos Supervisores de Fiscalização, assegurando a representatividade das demandas regionais e a aderência às necessidades do Estado. Na Carta de Xangri-lá foram consolidadas as indicações das Câmaras Especializadas e das Inspetorias, bem como indicados novos empreendimentos-alvo regionalizados em dinâmica realizada com os Supervisores de Fiscalização (SFIS), sendo reforçada a importância de fiscalizar as inspeções e manutenções prediais.

c) Alinhamento com Metas nacionais:

- Integração com as diretrizes do Confea: inclusão de empreendimentos e ações definidos como prioritários nas Metas nacionais de fiscalização 2025-2027.

d) Aplicação de ferramentas de gestão:

Para conferir solidez analítica e definir prioridades, foram utilizadas as seguintes ferramentas:

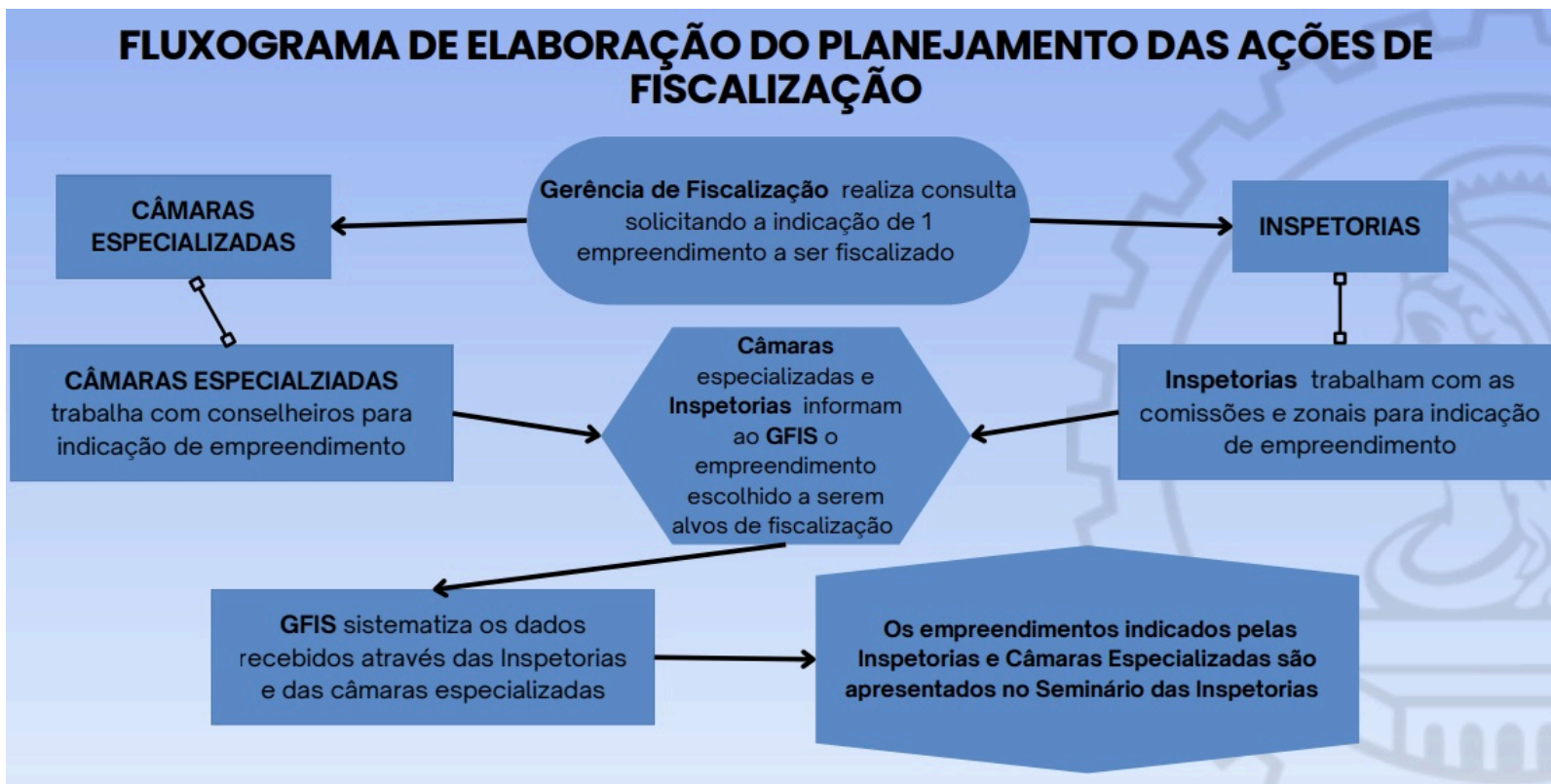
- Análise SWOT (FOFA): para diagnóstico situacional, mapeando Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

- *Brainstorming* (Chuva de Ideias): para identificação livre de problemas e oportunidades.

- Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência): para classificação e priorização objetiva dos problemas identificados.

- Matriz 5W2H: para elaboração do plano de ação, detalhando "What (O quê)", "Who (Quem)", "Where (Onde)", "When (Quando)", "Why (Por quê)", "How (Como)" e "How much (Quanto)".

A combinação dessas ferramentas no processo de planejamento da fiscalização permite uma análise profunda e detalhada dos cenários, a priorização das ações mais importantes, a definição clara de metas e responsabilidades, bem como o fomento à criatividade na busca por soluções. Isso resulta em um planejamento mais eficiente, alinhado às necessidades da equipe e aos objetivos da fiscalização, garantindo uma execução mais eficaz e integrada das atividades fiscais.



## 8.2. ESTRATÉGIAS DE FISCALIZAÇÃO

Para alcançar os objetivos propostos de forma eficaz e eficiente, a ação fiscalizatória em 2026 será orientada pelas seguintes estratégias:

1. Combate ao exercício ilegal: atuação rigorosa e sistemática para coibir o exercício ilegal da profissão, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, com foco na proteção da sociedade e do mercado legalmente constituído.
2. Promoção ativa da regularização: priorização de ações que incentivem o registro de pessoas jurídicas e a regularização de seus quadros técnicos, atuando de forma educativa antes da aplicação de sanções, quando cabível.
3. Fiscalização da manutenção da regularidade: ação contínua sobre empresas e profissionais já registrados para verificar o cumprimento das obrigações legais de manutenção da sua situação regular perante o Conselho, conforme as Leis n.º 5.194, de 1966, e n.º 6.496, de 1977.
4. Abrangência da cadeia produtiva: ampliação do escopo das ações para abranger toda a rede de prestadores de serviços e executores de obras vinculadas ao empreendimento fiscalizado, assegurando a regularidade do conjunto da obra.
5. Atuação baseada em risco e impacto: direcionamento prioritário dos recursos de fiscalização para regiões e setores com altos índices de irregularidade, grande movimentação econômica ou elevado potencial de impacto à saúde, segurança pública e meio ambiente, maximizando a eficácia

operacional.

6. Integração de dados e geoprocessamento: utilização intensiva do Setor de Geoprocessamento (SGPR) para cruzamento de dados, identificação de áreas críticas, planejamento de rotas e apoio decisório, conferindo maior inteligência e precisão às ações.

7. Ações educativas e de orientação: realização de campanhas, palestras e divulgação de materiais informativos para profissionais, empresas e a sociedade em geral, reforçando a importância da ART, do registro profissional e dos valores do Sistema Confea/Crea.

Esta metodologia e este conjunto de estratégias formam um ciclo de gestão completo, que vai desde o planejamento fundamentado até a execução inteligente e orientada a resultados, garantindo que a fiscalização do Crea-RS seja um instrumento moderno e efetivo de proteção social.

## 9. EMPREENDIMENTOS A SEREM FISCALIZADOS EM 2026

### 9.1. INDICAÇÕES REALIZADAS PELAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS

Câmara Especializada	Empreendimento indicado	O que fiscalizar	Por que fiscalizar	Como Fiscalizar	Informações relevantes
Engenharia de Segurança do Trabalho	Atividades de atendimento hospitalar e clínicas médicas	Os mesmos itens do relatório de fiscalização de empresas encaminhado pela CEEST à Gerência de Fiscalização em anos anteriores	A justificativa são as estatísticas de acidentes de trabalho	Indo até os locais fiscalizados, sendo o relatório de fiscalização preenchido pelo próprio Agente Fiscal	Sugerido que o formulário seja reformulado para que qualquer pessoa responsável por setores do Crea-RS possa responder sem a necessidade de ser Conselheiro, Inspetor ou Representante de Zonal, bem como que o formulário não vincule a um <i>e-mail</i> particular de empregado (deverá ser por um <i>e-mail</i> institucional)
Engenharia Florestal	Empresas que realizam a colheita e transporte de madeira para a CMPC	Áreas rurais de colheita da madeira e registro das empresas responsáveis por este serviço	Esse importante setor envolve riscos à proteção da vida, principalmente nas rodovias e áreas de colheita da madeira até a fábrica	Solicitação da relação de empresas que realizam esse serviço junto à empresa CMPC	-
Geologia e Engenharia de Minas	Poços tubulares para captação de água subterrânea	Identificar empresas que prestam este tipo de serviço, atuando no sentido delas	Porque essas empresas prestam um serviço técnico de engenharia/geologia. Um poço para captação de água subterrânea corretamente planejado e construído preserva	Com o preenchimento de um Relatório de Fiscalização, com acompanhamento fotográfico, identificando as atividades da empresa, além da obtenção do seu Contrato Social (via TRDP), sendo identificado que a empresa presta	-

		promoverem seu registro no Crea-RS	o meio ambiente, evitando contaminações do aquífero	serviço de perfuração de poços. Conceder prazo para ela promover seu registro no Crea-RS. Caso não promova seu registro dentro do prazo concedido, autuar por falta de registro, nos termos da Lei n.º 5.194/66	
Engenharia Civil e Agrimensura	Inspeção Predial - LTIP e Fiscalização de navios	-	-	-	-
Engenharia Mecânica e Metalúrgica	Parques Temáticos e de Diversão	-	-	-	-
Engenharia Química	-	-	-	-	-
Engenharia Elétrica	-	-	-	-	-
Agronomia	-	-	-	-	-

## 9.2. INDICAÇÕES REALIZADAS PELAS INSPETORIAS

Inspetoria/ Representação	Empreendimento indicado	O que fiscalizar	Por que fiscalizar	Como fiscalizar
Canoas				
Ijuí				
Frederico Westphalen	Empreendimentos de geração de energia	Estabilidade de barragem, PPCI, capacitações em NR, monitoramento ambiental	Segurança para sociedade e valorização profissional	Requisitar (via Termo de Requisição de Documentos e Providências - TRDP) que as empresas apresentem a ART dos profissionais envolvidos
Novo Hamburgo				
Panambi	Empresas KEPLER WEBER, SAUR e TROMINK	Atividades profissionais e o	Empresas que abrangem	Por meio de PIF ou diligência

		empreendimento em geral	diversas engenharias	encaminhada ao Agente Fiscal
Santa Cruz do Sul	Obras de calçamento	Essas obras abrangem diversas modalidades (Eng. Ftal., Eng. Civ., Eng. Eletric.)	Pela questão da mobilidade em cidades, proteção à vida e segurança	Vistoria e exigência de projetos das diversas áreas da engenharia citadas
Santo Ângelo	Operação Minerva, Resíduos de Saúde e Postos de Combustíveis	-	-	-
São Leopoldo	Usinas Fotovoltaicas	-	-	-
Taquara	Condomínios, com foco em elevadores e <i>playgrounds</i>	-	-	-
Torres	Indústria metalúrgica	Compressores, equipamentos industriais, mecânicos e eletro-mecânicos, licenciamento ambiental, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, sistema de automação industrial, PMOC, tubulações industriais, vasos sob pressão, PPCI, impacto de vizinhança, além do responsável técnico pela PJ	Por se tratar de serviços técnicos dentro de empresas metalúrgicas. Neste caso específico, as empresas de fabricação e manutenção de carrocerias. Nos termos da lei federal n.º 5194/66, art 59, há a necessidade de acompanhamento de profissional devidamente habilitado	Visitar as empresas na sua jurisdição, solicitando (via TRDP) os serviços constatados, com prazo de 20 dias para manifestação

Três Passos	Placas de Obra/Serviço	Se o empreendimento possui placa conforme legislação	Para contribuir com a valorização e visibilidade profissional e demonstrar segurança profissional para a sociedade	Vistoria <i>in loco</i>
Vacaria	Transporte escolar e de profissionais para o trabalho	Condições dos veículos de transporte de passageiros	Proteção às vidas	Ação conjunta com órgãos de controle e fiscalização
Representante de Zonal - Fronteira Sudoeste	Obras de arte localizadas em vias federais, estaduais e municipais, nos trechos sob a jurisdição dos Municípios que compõem a Zonal	Pontes, pontilhões e demais obras de arte	São obras que estão localizadas em estradas (vias federais, estaduais e municipais, por onde circulam pessoas, bens e valores	Realizando vistorias (visitas) nos locais onde essas obras se encontram e cobrando a efetiva participação de profissionais do Sistema Confea/Crea
Representante de Zonal - Noroeste	Silos	Silos	Para ver se o empreendimento possui responsável técnico	Realizando vistorias <i>in loco</i> para verificar a situação do empreendimento
Representante de Zonal - Serra	Parques de diversão itinerantes	O excesso de montagem e desmontagem desses parques e a incidência das diversas áreas de engenharia (mecânica, elétrica, civil, segurança, entre outras)	Ocorrência de acidentes geralmente fatais	Exigir responsáveis técnicos em todas atividades do parque
Regional 1	Supermercados, açudes e pesque-pague / conversão	responsabilidade técnica do Engenheiro de Alimentos e	-	-

	de salas comerciais para uso residencial (Lei n.º 13.681/2023) / Inspeção predial	Químico nos Setores de açougue, padaria e hortifruti; montagem de prateleiras e paleteiras; PPCI; movimentos de cargas; certificados de cursos de trabalho em altura		
Regional 2	Feiras e eventos / torres de radiofrequência	-	-	-
Regional 3	Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	-	-	-
Regional 4	Fundições / empresas de biocombustíveis e biodigestores	-	-	-

### 9.3. METAS NACIONAIS DE FISCALIZAÇÃO 2025-2027

Visando atender às metas nacionais de fiscalização propostas pelo Confea, esses são os empreendimentos indicados pelo Conselho Federal para fazerem parte integrante do Planejamento de Fiscalização do Crea-RS:

- USINAS FOTOVOLTAICAS
- OPERAÇÃO DECANTAÇÃO (Sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário)
- UNIDADES ARMAZENADORAS

### 10. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PREVISTAS PARA 2026

Para 2026 o Crea-RS adotará em *Planejamento de Fiscalização* coerente às diretrizes e procedimentos estabelecidos na Resolução n.º 1.134 do Confea, de 2021, e alinhados à capacidade operacional e orçamento do Conselho, sendo realizado de forma compartilhada entre os diferentes núcleos e instâncias de gestão (Supervisores, Chefes de Núcleo e Gerência de Fiscalização / Câmaras Especializadas / Inspetorias). Essa abordagem colaborativa visa otimizar os recursos disponíveis, potencializando a eficiência da fiscalização e garantindo o cumprimento das normas legais. A integração das Câmaras,

Inspetorias e Gerência de Fiscalização com os demais setores fortalece a atuação do Sistema Confea/Crea, assegurando a regularidade das atividades profissionais e promovendo um ambiente de trabalho em conformidade com a legislação vigente. Essa cooperação entre as diversas áreas e instâncias de gestão é essencial para garantir a eficácia das ações fiscalizatórias e contribuir para a qualidade e segurança das atividades realizadas pelos profissionais e empresas registrados.

#### 10.1. TIPOS DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

O Crea-RS manterá um portfólio diversificado de ações de fiscalização, permitindo uma atuação abrangente e adaptada às diferentes necessidades do território gaúcho:

- I - **Ação de fiscalização externa de rotina (Direta):** ação programada em nível de Supervisão para detecção de não conformidades em obras e serviços, públicos ou privados, por meio de ação ostensiva em campo, fiscalizando as atividades do dia a dia.
- II - **Ação de fiscalização interna (Indireta):** ação programada em nível de Supervisão ou de maneira proativa, caracterizada pela ausência de deslocamento do Agente de Fiscalização, desenvolvida nas Inspetorias ou na Sede do Regional a partir de pesquisas em editais e contratos publicados, em atos de nomeação de servidores públicos, no acervo técnico de profissionais e em ofertas de serviços fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea.
- III - **Ação de Fiscalização por Aporte:** trata-se do deslocamento programado do Agente Fiscal para desenvolver suas atividades em Inspetoria diferente de sua lotação. Esse deslocamento, previsto previamente nos roteiros de fiscalização, é realizado para inspetorias do Crea-RS onde não há Agente de Fiscalização sediado, para inspetorias com alta demanda fiscalizatória ou para reforço eventual de equipes.
- IV - **Ação Especial:** operação de maior envergadura, planejada centralmente pela Gerência de Fiscalização em conjunto com o Núcleo de Fiscalização (NFIS), Supervisões (SFIS) e Setor de Geoprocessamento (SGPR), com acompanhamento estatístico do Núcleo de Controle e Logística (NCLO).
- V - **Fiscalização de acessibilidade:** ação com objetivo de conscientização dos profissionais e da sociedade civil à respeito da obrigatoriedade e importância do atendimento às Normas de Acessibilidade, geralmente demandadas pelo Ministério Público.
- VI - **Fiscalização de sinistros:** verificação em obras/serviços em andamento com o objetivo de verificar ocorrências súbitas e imprevistos que resultaram em danos e prejuízos, tanto materiais como pessoais, com origem em causas diversas e foco na apuração da conduta ética profissional dos envolvidos. Para toda fiscalização de sinistro o principal desdobramento do processo é avaliar se a conduta dos profissionais envolvidos foi determinante para a ocorrência do acidente, cujo acontecimento é forte indicativo de imperícia, imprudência ou negligência.
- VII - **Diligência oriunda de processo ou denúncia:** motivada por denúncia sobre obra ou serviço irregular, com prazo determinado ao Agente Fiscal para atendimento, ou também acionada pelas Câmaras Especializadas ao solicitarem informações adicionais para instruir processo e emitir o relatório e voto fundamentado. Esse procedimento visa garantir a precisão e a fundamentação técnica das decisões.
- VIII - **Ação em atendimento à Decisão Normativa n.º 111 do Confea, de 2017:** fiscalização para apuração da conduta ética profissional.

## 10.2. AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO POR APORTE

Para 2026 estão previstas ações programadas de fiscalização, atendendo a roteiros planejados, nas Inspetorias de **Camaquã, Ibirubá, Palmeira das Missões, Uruguaiana e Viamão**. O aporte na Inspetoria de Ibirubá será realizado pelo Agente Fiscal da Inspetoria de Carazinho, enquanto que e o Fiscal da Inspetoria de São Gabriel irá se deslocar para aporte na Inspetoria de Uruguaiana, considerando a previsão de novos Agentes Fiscais nomeados na primeira chamada do concurso público.

## 10.3. AÇÕES ESPECIAIS DE FISCALIZAÇÃO

- Precedidas por projeto específico e instrução de fiscalização correspondente
- Incluídas no sistema corporativo com, no mínimo, 20 dias de antecedência do início da atividade
- Podem ser realizadas em parceria com outros órgãos da administração pública, visando maior integração e alcance das ações
- Visam ampliar a cobertura das modalidades fiscalizadas, garantindo eficiência operacional durante o processo de fiscalização

### 10.3.1. MODALIDADES DE AÇÕES ESPECIAIS

**Ação Estadual** - operação com ocorrência em todo território do RS, abrangendo todas Inspetorias e suas jurisdições, acerca de uma determinada atividade técnica ou evento, podendo ocorrer em paralelo a outras ações de fiscalização e desenvolvidas no decorrer do exercício deste Planejamento

**PIF (Programa Intensivo de Fiscalização)** - ocorre na abrangência de uma determinada Inspetoria, com foco em 1 ou 2 áreas de atuação, possuindo a duração definida de 5 dias

**Blitz** - ação rápida e focalizada em uma única área de atuação, na abrangência de uma Inspetoria, com duração de 2 a 3 dias

**Força Tarefa** - ação envolvendo dois ou mais órgãos públicos atuando em conjunto, com duração variável conforme necessidade.

### 10.3.2. OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS PREVISTAS PARA 2026

Com base nas indicações das Câmaras Especializadas e Inspetorias, alinhamento às metas nacionais do Confea e ações de iniciativa da Gerência de Fiscalização, estão previstas as seguintes operações especiais para ocorrer no exercício de 2026:

#### OPERAÇÃO DECANTAÇÃO

- Foco: sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de esgotamento sanitário
- Justificativa: a fiscalização das empresas de saneamento é essencial para garantir a qualidade dos serviços de água e esgoto, cumprindo normas técnicas e ambientais, e prevenindo riscos à saúde e ao meio ambiente. Profissionais legalmente habilitados garantem que as empresas operem dentro dos padrões exigidos, promovendo eficiência, transparência e o cumprimento das responsabilidades sociais e legais

- Abrangência: estadual

## OPERAÇÃO DEMÉTER

- Foco: unidades armazenadoras de grãos
- Justificativa: as unidades armazenadoras de grãos são responsáveis por receber, secar, limpar, armazenar e expedir grãos, sendo essenciais para preservar sua qualidade e garantir a eficiência logística agrícola. Elas incluem silos, armazéns, secadores e sistemas de ventilação, exigindo a atuação de profissionais legalmente habilitados para assegurar o cumprimento das normas e o bom funcionamento das instalações
- Abrangência: estadual, com destaque para a jurisdição das Inspetorias de Pelotas, Camaquã, Guaíba, Capão da Canoa, Santa Maria, Tramandaí, Canoas, Cachoeira do Sul, Bagé, Cruz Alta, Uruguaiana, Santa Rosa, Vacaria, Palmeira das Missões, Santiago e São Gabriel

## OPERAÇÃO MINERVA

- Foco: segurança em obras civis e itens de segurança do trabalho
- Justificativa: a fiscalização das obras civis e dos itens de segurança do trabalho é fundamental para combater o exercício ilegal da profissão e garantir que apenas profissionais e empresas habilitados participem dos serviços executados. Essa ação assegura o cumprimento das normas técnicas e de segurança, prevenindo acidentes. A presença de profissionais legalmente habilitados é essencial para a execução de projetos dentro dos padrões exigidos, protegendo a sociedade e promovendo a sustentabilidade do setor da construção
- Abrangência: estadual, com destaque para a jurisdição das Inspetorias de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Pelotas, Carazinho, Novo Hamburgo, Lajeado, Porto Alegre, Santa Maria, Gramado e Viamão

## OPERAÇÃO BECQUEREL

- Foco: usinas fotovoltaicas
- Justificativa: as usinas fotovoltaicas são essenciais para a geração de energia limpa e sustentável, convertendo a radiação solar em eletricidade por meio de células fotovoltaicas. Elas desempenham um papel estratégico na diversificação da matriz energética global e na transição para fontes de energia mais limpas. Para garantir a eficiência e segurança dessas instalações é fundamental a atuação de profissionais legalmente habilitados, que assegurem o cumprimento das normas e a qualidade do projeto
- Abrangência: estadual, com destaque para a jurisdição da Inspetoria de São Leopoldo

## OPERAÇÃO HEFESTOS

- Foco: indústrias metalmeccânicas
- Justificativa: a indústria metalmeccânica é essencial para o setor metalúrgico no Brasil, transformando ferro e aço em peças e equipamentos para diversos setores, como construção civil, automobilístico, naval e aeroespacial. O Rio Grande do Sul é o segundo maior polo metalmeccânico do país, contribuindo com 13% da produção de máquinas e equipamentos e 11,5% da produção de produtos de metal no Brasil
- Abrangência: estadual, com destaque para a jurisdição das Inspetorias de Caxias do Sul, Lajeado, Gramado, Passo Fundo, Bento Gonçalves, Erechim, Vacaria, Santa Cruz do Sul, Montenegro, Gravataí, Viamão, Capão da Canoa e Santo Ângelo

## OPERAÇÃO CONDOMINAL

- Foco: condomínios verticais
- Justificativa: a falta de manutenção preventiva pode gerar diversos problemas, como rachaduras, aumento de custos, corrosão e incêndios. O Crea-RS, ao fiscalizar o exercício correto das profissões, assegura que profissionais habilitados sejam responsáveis pelas obras, visando a segurança e qualidade de vida. A fiscalização em condomínios verticais previne a atuação de pessoas inabilitadas, garantindo padrões mínimos de segurança
- Abrangência: estadual, com destaque para a jurisdição das Inspetorias de Porto Alegre, Taquara, São Leopoldo e Torres

## OPERAÇÃO HIPÓCRATES

- Foco: Equipamentos médicos hospitalares (Laboratórios, Clínicas e Hospitais)
- Justificativa: a manutenção regular de equipamentos de refrigeração de medicamentos termolábeis é essencial para garantir a eficácia, segurança e integridade dos produtos. Ela assegura o controle de temperatura, previne falhas, protege a saúde dos pacientes e cumpre normas regulatórias. Além disso, ajuda a reduzir custos com reparos e perdas de medicamentos, exigindo a presença de profissionais legalmente habilitados para garantir a segurança de todos
- Abrangência: estadual

## OPERAÇÃO VERÃO 2026

- Foco: parques de diversão e esportes de aventura
- Justificativa: as instalações, manutenções e inspeções de brinquedos e equipamentos destinados a esportes de aventura, radicais e parque de diversões exigem o acompanhamento de profissionais e empresas legalmente habilitadas. Portanto, a Operação Verão se justifica não apenas pela proteção à vida dos praticantes, mas também pela promoção de um ambiente mais seguro, que beneficiará todo o setor de turismo e aventura, fomentando seu crescimento sustentável
- Abrangência: estadual

## OPERAÇÃO CARNAVAL 2026

- Foco: estruturas de carros alegóricos e eventos
- Justificativa: durante o Carnaval ocorre uma grande aglomeração de pessoas e o evento é concebido por equipes de profissionais especializados em *design*, engenharia, iluminação e decoração. É possível perceber a complexidade da engenharia envolvida na construção dos carros alegóricos, onde a presença de profissionais habilitados é fundamental para garantir a segurança e o sucesso do espetáculo
- Abrangência: estadual, em municípios com tradição carnavalesca

## OPERAÇÃO NATALINA 2026

- Foco: ornamentação e iluminação natalina
- Justificativa: a ornamentação natalina pode parecer simples, mas, na verdade, envolve conhecimentos específicos de diversas áreas da Engenharia. Isso se aplica não apenas às instalações elétricas, que são as mais evidentes, mas também às estruturas que suportam as decorações, aos dispositivos

eletromecânicos e à sonorização, além de exigir cuidados com o isolamento e a segurança do entorno. A ação visa a proteção à vida

· Abrangência: estadual

## OPERAÇÃO SEMANA FARROUPILHA 2026

· Foco: estruturas de acampamentos e eventos tradicionalistas

· Justificativa: a Semana Farroupilha é um evento festivo que celebra a Revolução Farroupilha, ocorrida entre 1835 e 1845. A festividade acontece de 13 a 20 de setembro e é comemorada em todas as cidades gaúchas, onde os habitantes demonstram seu orgulho pelo Estado e suas tradições. Os acampamentos, que se assemelham a verdadeiras cidades, exigem a presença de profissionais legalmente habilitados para garantir a segurança de todos os participantes

· Abrangência: estadual

## OPERAÇÃO POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

· Foco: postos de combustíveis

· Justificativa: segundo o IBGE, o Brasil possui mais de 107 milhões de veículos, como carros, caminhões e motocicletas. Para manter esses veículos em funcionamento é necessário um grande consumo de combustíveis. Em 2021, o país consumiu 62,1 bilhões de litros de óleo diesel e 39,3 bilhões de litros de gasolina, perfazendo um aumento de 9,7% em relação a 2020, de acordo com a ANP. A construção, manutenção e atividades técnicas desses espaços envolvem a Engenharia, com a fiscalização do Crea-RS garantindo a atuação de profissionais habilitados

· Abrangência: estadual

## FORÇA TAREFA NACIONAL (CONFEA)

· Foco: a ser definido, entre "vinícolas e agroindústrias" ou "condomínios".

· Abrangência: estadual

Essas ações serão complementadas por fiscalizações de rotina e atendimento a denúncias, formando um conjunto integrado de atividades para 2026. A estratégia de Aportes permitirá otimizar recursos e assegurar cobertura fiscalizatória em todo o território estadual.

## 11. **CRONOGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS 2026** 📅

O cronograma de ações especiais para 2026 foi estruturado considerando a sazonalidade das atividades econômicas, eventos regionais de grande porte e a otimização dos recursos operacionais da Gerência de Fiscalização. As ações estão distribuídas ao longo do ano para garantir uma atuação equilibrada em todas as Regionais, com períodos de intensificação específicos conforme as características de cada região. A apresentação deste cronograma detalhando as Regionais, datas exatas e Inspeções envolvidas objetiva garantir a transparência de todas as ações programadas para 2026.

### **PRIMEIRO TRIMESTRE (JANEIRO A MARÇO)**

· Operação Carnaval 2026 (janeiro a fevereiro): abrangência estadual e com foco na segurança de estruturas e instalações em eventos carnavalescos

· Operação Verão 2026 (em andamento desde novembro/2025 a 20/3/2026): fiscalização de parques aquáticos, de diversão e esportes de aventura nas regiões turísticas

- Operação Minerva (5 a 9/1): fiscalização de obras civis e segurança do trabalho na Regional 2 (Inspetoria de Bento Gonçalves)
- Operação Hefestos (19 a 23/1, 2 a 6/3 e 16 a 20/3): ação na indústria metalmeccânica nas Regionais 2 e 3 (Inspetorias de Caxias do Sul, Lajeado e Gramado)
- Operação Deméter (23 a 27/2, 2 a 6/3 e 16 a 18/3): fiscalização a unidades armazenadoras de grãos nas Regionais 1 e 3 (Inspetorias de Pelotas, Camaquã e Guaíba)
- Início de Operações Regionais: implantação progressiva de ações específicas de abrangência estadual, com destaque para as Operações a Postos de Combustíveis, Hipócrates, Becquerel e Decantação

### **SEGUNDO TRIMESTRE (ABRIL A JUNHO)**

- Operação Deméter (30/3 a 2/4, 6 a 10/4, 13 a 17/4, 28 a 30/4, 25 a 29/5, 8 a 12/6 e 22 a 26/6): fiscalização a unidades armazenadoras de grãos em todas as Regionais (Inspetorias de Capão da Canoa, Santa Maria, Tramandaí, Canoas, Cachoeira do Sul, Bagé e Cruz Alta)
- Operação Minerva (6 a 10/4, 4 a 8/5 e 25 a 29/5): fiscalização de obras civis e segurança do trabalho nas Regionais 2, 3 e 4 (Inspetorias de Caxias do Sul, Pelotas e Carazinho)
- Operação Hefestos (6 a 10/4, 4 a 8/5, 11 a 15/5, 25 a 29/5 e 22 a 26/6): ação na indústria metalmeccânica em todas as Regionais (Inspetorias de Passo Fundo, Bento Gonçalves, Erechim, Vacaria, Santa Cruz do Sul e Montenegro)
- Operação Condominal (11 a 15/5 e 8 a 12/6): verificação de condomínios verticais nas Regionais 1 e 2 (Inspetorias de Porto Alegre e Taquara)
- Manutenção de Operações Regionais: ações específicas de abrangência estadual (Operações a Postos de Combustíveis, Hipócrates, Becquerel e Decantação)

### **TERCEIRO TRIMESTRE (JULHO A SETEMBRO)**

- Operação Hefestos (6 a 10/7, 21 a 23/7, 3 a 7/8 e 17 a 21/8): ação na indústria metalmeccânica nas Regionais 1 e 2 (Inspetorias de Gravataí, Viamão, Caxias do Sul e Capão da Canoa)
- Operação Deméter (13 a 17/7, 10 a 14/8, 14 a 18/9 e 21 a 25/9): fiscalização a unidades armazenadoras de grãos nas Regionais 2, 3 e 4 (Inspetorias de Uruguaiana, Santa Rosa, Vacaria, Palmeira das Missões e Santiago)
- Operação Minerva (14 a 16/7, 10 a 14/8, 14 a 18/9 e 21 a 25/9): fiscalização de obras civis e segurança do trabalho nas Regionais 1 e 3 (Inspetorias de Novo Hamburgo, Lajeado, Porto Alegre e Santa Maria)
- Operação Bequerel (25 a 28/8): fiscalização de usinas fotovoltaicas na Regional 2 (Inspetoria de São Leopoldo)
- Operação Condominal (22 a 24/9): verificação de condomínios verticais na Regional 2 (Inspetoria de São Leopoldo)
- Operação Semana Farroupilha 2026 (setembro): verificação de estruturas em acampamentos tradicionalistas em todas as Regionais
- Manutenção de Operações Regionais: ações específicas de abrangência estadual (Operações a Postos de Combustíveis, Hipócrates e Decantação)

### **QUARTO TRIMESTRE (OUTUBRO A DEZEMBRO)**

- Operação Minerva (5 a 9/10 e 20 a 22/10): fiscalização de obras civis e segurança do trabalho nas Regionais 1 e 2 (Inspetorias de Gramado e Viamão)
- Operação Hefestos (19 a 23/10): ação na indústria metalmeccânica na Regional 4 (Inspetoria de Santo Ângelo)
- Operação Deméter (26 a 30/10): fiscalização a unidades armazenadoras de grãos na Regional 3 (Inspetoria de São Gabriel)
- Operação Condominal (9 a 13/11): verificação de condomínios verticais na Regional 1 (Inspetoria de Torres)
- Operação Verão 2027 (novembro/2026 a março/2027): fiscalização de parques aquáticos, de diversão e esportes de aventura nas regiões turísticas
- Operação Natalina 2026 (outubro a dezembro): fiscalização de ornamentações e instalações natalinas em todas as Regionais
- Manutenção de Operações Regionais: ações específicas de abrangência estadual (Operações a Postos de Combustíveis, Hipócrates, Becquerel e Decantação)

**CRONOGRAMA DE FEIRAS E EVENTOS-ALVO PARA 2026**

Os eventos temporários são acontecimentos de especial interesse público ou privado, que ocorrem em um período predeterminado e, pela concentração de pessoas em um espaço físico construído ou preparado para aquela atividade, expõem a sociedade, o patrimônio e o meio ambiente a riscos. A fiscalização atuando em eventos temporários visa garantir o acompanhamento de profissional e empresa legalmente habilitados. A sociedade espera do Crea-RS uma atuação necessária para que todos possam usufruir dos eventos temporários com segurança. Em virtude disso, foi realizado um cronograma de festas e eventos que irá ocorrer no ano de 2026:

<b>EVENTO</b>	<b>DATA</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
34ª Expobento e 21ª Fenavinho	4 a 14/6	Bento Gonçalves
FIMMA Brasil	sem data	Bento Gonçalves
Movelsul	17 a 20/8	Bento Gonçalves
Festiqueijo	26/6 a 26/7	Carlos Barbosa
Fenarroz	2 a 7/6	Cachoeira do Sul
Planeta Atlântida	30 e 31/1	Xangri-lá
Paleta Atlântida	24/1	Xangri-lá
Expodireto	9 a 13/3	Não-Me-Toque
Festa da Uva	19/2 a 8/3	Caxias do Sul
Coxilha Nativista	sem data	Cruz Alta
Fenatrigo	sem data	Cruz Alta
Expointer	29/8 a 6/9	Esteio
Natal Luz	sem data	Gramado
Festival de Cinema	12 a 22/8	Gramado
Festa da Colônia	30/4 a 17/5	Gramado
Expo Oliveira	sem data	Guaíba
37ª Oktoberfest de Igrejinha	outubro	Igrejinha
41ª Oktoberfest de Santa Cruz do Sul	outubro	Santa Cruz do Sul
27ª Oktoberfest de Santa Rosa	outubro	Santa Rosa
Expofest	sem data	Ijuí
Expo Ijuí	sem data	Ijuí
Exposol	29/4 a 3/5	Soledade
Expovale	12 a 15 e 18 a 22/11	Iajeado
Festival do Chopp de Feliz	11 e 18/4	Feliz

Festa do Chopp de Montenegro	7/2	Montenegro
Fenadoce	15/7 a 2/8	Pelotas
Construsul	4 a 7/8	Porto Alegre
Expoagas	agosto	Porto Alegre
South Summit	25 a 27/3	Porto Alegre
Festival Turá	sem data	Porto Alegre
Feira do Livro de Porto Alegre	30/10 a 15/11	Porto Alegre
Expoagro Afubra	24 a 27/3	Rio Pardo
Fenasoja	1º a 10/5	Santa Rosa
Canto Missioneiro	outubro	Santo Ângelo
São Leopoldo Fest	provavelmente 25/7	São Leopoldo
36º Festival Internacional de Balonismo de Torres	30/4 a 3/5	Torres
Festival de Balonismo de Vacaria	maio	Vacaria
34º Festa do Peixe	25/6 a 19/7	Tramandaí

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CRONOGRAMA

- Flexibilidade Operacional: as datas poderão sofrer ajustes em função de demandas emergenciais e condições operacionais.
- Integração com eventos: alinhamento com o calendário de feiras e eventos de 2026 para fiscalização concomitante.
- Capacitação contínua: períodos entre ações especiais reservados para treinamentos e reciclagem dos Agentes Fiscais, previstos para ocorrer no Primeiro (de 5 a 9/1, 12 a 16/1, 19 a 23/1, 2 a 6/3 e 23 a 27/3 - Sede) e no Terceiro (28/9 a 2/10) trimestre.
- Acompanhamento trimestral: revisão sistemática do cumprimento do cronograma pelo Núcleo de Controle e Logística, com apoio do SGPR.

## 12. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A capacitação contínua dos Agentes Fiscais e demais colaboradores da Gerência de Fiscalização constitui pilar fundamental para a excelência operacional e o alcance das metas estabelecidas para 2026. Alinhada ao disposto no Artigo 2º, VII, da Resolução n.º 1.134 do Confea, de 2021, que preconiza o aprimoramento permanente da fiscalização, a estratégia de desenvolvimento de pessoas para o próximo exercício foi elaborada com base em um diagnóstico técnico e nas necessidades identificadas por meio de ferramentas como a Matriz GUT e a análise SWOT, estabelecendo critérios e metodologias a serem adotadas para o desenvolvimento profissional. O objetivo é o de garantir que os empregados desempenhem suas funções de maneira eficaz, alinhando suas competências individuais às competências institucionais.

### 12.1. OBJETIVOS DA CAPACITAÇÃO

- Atualização técnica e legal: manter a equipe em dia com as novidades normativas, técnicas e tecnológicas das diversas áreas de atuação profissional fiscalizadas.
- Padronização de procedimentos: uniformizar métodos e rotinas de fiscalização, assegurando isonomia, qualidade e segurança jurídica aos atos fiscalizatórios.
- Desenvolvimento de competências: fortalecer habilidades de abordagem, comunicação, elaboração de relatórios e uso de ferramentas tecnológicas.
- Gestão de riscos e oportunidades: capacitar os agentes para a identificação proativa de situações de risco e para uma atuação baseada em análise de dados e inteligência territorial.

## 12.2. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Reconhecendo a complexidade e diversidade das atividades técnicas, além das particularidades de cada região do Estado, o programa de capacitação para 2026 será descentralizado e realizado em grupos e por etapas, adaptado às necessidades e responsabilidades específicas, além de otimizar o tempo e os recursos do Conselho. Entre os temas que deverão ser abordados na Capacitação podemos citar a ética profissional, o uso do Sistema Infosc, diretrizes nacionais de fiscalização, especificidades técnicas, procedimentos locais, análise de casos reais da área de atuação, curso de direção defensiva, treinamento em ferramentas digitais, abordagem e elaboração de relatórios, entre outros.

Está prevista para ocorrer entre os dias 2 e 6 de março (grupos 1 e 2) e 23 a 27 de março (grupo 3) a primeira etapa do treinamento, e para o período de 28 de setembro a 2 de outubro a segunda etapa (*workshop*), direcionadas a todos Agentes Fiscais do Conselho. O *workshop* visa proporcionar aos Agentes de Fiscalização um treinamento prático e aprofundado sobre boas práticas de fiscalização, com o intuito de aprimorar a qualidade e a eficiência dos processos realizados pela equipe. Com a constante atualização das normas e a evolução das práticas fiscais, é fundamental que os Agentes Fiscais estejam alinhados com as melhores abordagens e metodologias de fiscalização. O *workshop* proporcionará uma atualização essencial sobre novos procedimentos e tecnologias, garantindo maior eficiência no processo fiscal.

## 12.3. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA NOVOS AGENTES FISCAIS

Visando a integração rápida e eficaz dos servidores recém-ingressados, será institucionalizado em 2026 um programa de treinamento supervisionado pelo NFIS/GFIS e contando com a participação de Agentes Fiscais seniores, que atuarão como mentores, acompanhando os novos colaboradores em suas primeiras atividades de campo, revisando relatórios e transmitindo conhecimentos práticos essenciais para a função.

A Capacitação dos novos colaboradores para 2026 está prevista para ocorrer no período de 5 a 23 de janeiro.

Este plano de capacitação assegura que o corpo técnico do Crea-RS estará permanentemente apto, atualizado e motivado para o exercício de suas atribuições, constituindo-se em um diferencial estratégico para o sucesso do Planejamento de Fiscalização. O acompanhamento da eficácia da capacitação será feito por meio de indicadores específicos de qualidade dos relatórios e de desempenho operacional.

## 13. FERRAMENTAS DE GESTÃO

### 13.1. ANÁLISE SWOT DAS METAS DE FISCALIZAÇÃO 2026

Para embasar estrategicamente a definição das Metas e a elaboração do Planejamento da Fiscalização para 2026 foi realizada uma análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Esse diagnóstico situacional permitiu uma visão clara do ambiente interno e externo, orientando a alocação de recursos e a definição de ações para maximizar oportunidades e mitigar os riscos.

### **FORÇAS (Fatores internos positivos)**

- Receita consolidada: estabilidade financeira que permite investimentos em tecnologia e capacitação.
- Normativos vigentes: base legal sólida com a Resolução n.º 1.134 do Confea, de 2021, proporcionando segurança jurídica às ações.
- Equipe estruturada e especializada: corpo técnico com experiência e conhecimento nas diversas áreas de fiscalização.
- Apoio da alta gestão à inovação.
- Setor de Geoprocessamento: análise de dados espaciais e suporte à inteligência fiscalizatória.
- Estrutura de regionalização: capilaridade que permite atuação em todo o território Estadual.

### **FRAQUEZAS (Fatores internos a superar)**

- Dependência da equipe de TI: a equipe de tecnologia da informação não consegue suprir as necessidades urgentes da GFIS, exemplificado pela fragilidade do aplicativo Infofisc, que impacta diretamente na produtividade e na confiabilidade dos dados.
- Dificuldade na divulgação de resultados: necessidade de ampliar a agilidade da comunicação aberta dos resultados da fiscalização e processos finalísticos à sociedade.
- Defasagem do quadro funcional: necessidade de renovação e expansão do número de Agentes Fiscais.
- Falta de padronização de procedimentos: inconsistências na execução de rotinas impacta na produtividade.
- Frota envelhecida: veículos com alta quilometragem geram custos elevados de manutenção e riscos operacionais.

### **OPORTUNIDADES (Fatores externos favoráveis)**

- Acesso a dados abertos: possibilidade de integrar bases de dados de órgãos públicos para cruzamento e identificação de irregularidades.
- Novos convênios com Órgãos Públicos (Municípios, DER, FEPAM, SIRGA, ANM, entre outros): parcerias podem ampliar o alcance e a efetividade da fiscalização, especialmente no setor público.
- Reconhecimento como "Norte Técnico": credibilidade dos Creas perante a sociedade, na fiscalização profissional, pode ser capitalizada para ampliar a legitimidade das ações fiscalizatórias.
- Demanda social por maior fiscalização: expectativa da sociedade por uma atuação mais rigorosa, criando um ambiente favorável ao fortalecimento das ações.
- Renovação da equipe: recomposição e ampliação do quadro de Agentes Fiscais.

## AMEAÇAS (Fatores externos desfavoráveis)

- Pressão pela desregulamentação das profissões: cenário político nacional pode impactar na relevância e nas atribuições do Sistema Confea/Crea.
- Desconhecimento do papel do Crea: parte da sociedade não compreende a abrangência e a importância da fiscalização para sua segurança e qualidade de vida.
- Instabilidade em cargos eletivos: mandatos curtos e mudanças frequentes na diretoria podem impactar a continuidade de projetos e estratégias de longo prazo.
- Cenário econômico volátil: crises econômicas podem reduzir a formalidade e aumentar a atuação de leigos, pressionando a demanda por fiscalização.
- Velocidade das inovações tecnológicas: dificuldade de acompanhar e regular novas tecnologias e modelos de negócio que envolvem as profissões fiscalizadas.

**ANÁLISE ESTRATÉGICA CONSOLIDADA:** A análise revela que as Forças são sólidas, mas podem ser comprometidas pelas Fraquezas críticas, em especial a fragilidade tecnológica. As Oportunidades são significativas, em especial o uso de dados abertos e a demanda social, mas o aproveitamento pleno depende da superação das fraquezas internas e a não concretização das Ameaças. As Ameaças exigem ações proativas de comunicação e posicionamento institucional para mitigar seus efeitos.

A estratégia para 2026 deve, portanto, focar em:

- I - converter as Fraquezas em Forças: priorizar a estabilização do Infofisc, o maior apoio da TI à GFIS no fornecimento de dados, a padronização de processos e a renovação da frota.
- II - explorar as Oportunidades: investir em inteligência de dados e fortalecer parcerias.
- III - proteger-se das Ameaças: implementar campanhas de comunicação para elucidar o papel do Crea-RS e defender a regulamentação profissional.

Esta análise fundamenta as escolhas estratégicas e as metas estabelecidas para o ano de 2026, orientando uma atuação mais resiliente e eficaz.

### 13.2. **BRAINSTORMING (CHUVA DE IDEIAS):**

Listagem dos Problemas
Área: Gerência de Fiscalização
Responsáveis: Gerente, Chefes de Núcleo e Supervisores de Fiscalização

1.	Não cumprimento de prazos em atendimento às solicitações de diligências pelos Agentes Fiscais
2.	Má qualidade dos relatórios de fiscalização
3.	Falta de atualização do curso de direção defensiva
4.	Dados do relatório de fiscalização insuficientes para gerar os controles estatísticos necessários
5.	Periodicidade da capacitação dos Agentes Fiscais – reciclagem abordagem/relatório de fiscalização
6.	Dificuldade na unificação das informações por meio de instruções de procedimento
7.	Fragilidade do aplicativo INFOFISC
8.	Demora na disponibilização de uniformes de fiscalização
9.	Demora na renovação da equipe de fiscalização
10.	Falta de regulamentação para cumprimento de prazos da fiscalização
11.	Necessidade de aumento e renovação da frota de veículos (>20%)
12.	Pouca interação com a equipe da Gerência de TI

### 13.3. MATRIZ GUT (GRAVIDADE, URGÊNCIA E TENDÊNCIA)

Classificação dos Problemas					
Área: Gerência de Fiscalização					
Responsáveis: Gerente, Chefes de Núcleo e Supervisores de Fiscalização					
Problema	Gravidade	Urgência	Tendência	G x U x T	Prioridade
1. Não cumprimento de prazos em atendimento às solicitações de diligências pelos Agentes Fiscais	2	2	4	16	8º
2. Má qualidade dos relatórios de fiscalização	5	5	5	125	2º
3. Falta de atualização do curso de direção defensiva	5	5	1	25	7º
4. Dados do relatório de fiscalização insuficientes para gerar os controles estatísticos necessários	4	3	1	12	10º

5. Periodicidade da capacitação dos Agentes Fiscais – reciclagem abordagem/relatório de fiscalização	3	4	3	36	6º
6. Dificuldade na unificação das informações por meio de instruções de procedimento	3	5	3	45	5º
7. Fragilidade do aplicativo INFOFISC	5	5	5	125	1º
8. Demora na disponibilização de uniformes de fiscalização	2	1	1	2	12º
9. Demora na renovação da equipe de fiscalização	5	5	3	75	4º
10. Falta de regulamentação para cumprimento de prazos da fiscalização	4	4	1	16	9º
11. Necessidade de renovação da frota de veículos (>20%)	1	2	3	6	11º
12. Pouca interação com a equipe da Gerência de TI	4	4	5	80	3º

13.4.

**MATRIZ 5W2H**

<b>Propor Soluções para os Problemas</b>							
Área: Gerência de Fiscalização							
Responsáveis: Gerente, Chefes de Núcleo e Supervisores de Fiscalização							
<b>Prioridade do problema</b>	<b>O quê? (ação a ser executada)</b>	<b>Quem? (responsável pela ação)</b>	<b>Onde? (onde será executada)</b>	<b>Quando? (quando será executada)</b>	<b>Por quê? (por que deve ser executada)</b>	<b>Como? (como será executada)</b>	<b>Quanto?</b>
1	Implementar nova versão do aplicativo Infofisc	GTIN e GFIS	Sistema Corporativo	1º semestre de 2026	Aplicativo instável. Fragilidade do aplicativo impacta toda a operação	Empresa terceirizada contratada ou contratação de desenvolvedor	Recursos orçamentários para desenvolvimento

2	Padronizar e melhorar a qualidade dos relatórios	SFIS e NFIS	Nas Zonais	Até outubro de 2026	Cumprir as diretrizes da GFIS e atender as Resoluções nº 1.134/2021 e 1.008/2004 do Confea	Capacitação dos Agentes Fiscais e controle dos relatórios pela SFIS	Tempo de capacitação e ajustes
3	Fortalecer a interação com a GTIN	GFIS e GTIN	Sede	A partir de janeiro de 2026	A pouca interação dificulta as soluções tecnológicas	Implementação de um calendário de reuniões quinzenais (presenciais e/ou virtuais) e contratação de 2 programadores para a GFIS	Horas dedicadas pela equipe e custo de novos programadores
4	Revitalizar e renovar a equipe de fiscalização	GFIS e GGPE (Gerência de Gestão de Pessoas)	GFIS	Ao longo de 2026	Demora na renovação causa sobrecarga de trabalho	Chamamento do concurso, treinamento e plano de sucessão	Custo com novos colaboradores
5	Melhorar a unificação das informações	NFIS, SFIS e NCLO	GFIS	Até o 2º semestre de 2026	Dificuldade na padronização de procedimentos	Revisão e consolidação das instruções	Tempo da equipe para revisão
6	Implantar programa de capacitação contínua	GFIS	Nas Zonais	A partir de março de 2026	Capacitação esporádica impacta na qualidade	Realização de cursos e <i>workshops</i> de reciclagem	Verba para capacitação e horas de trabalho dos colaboradores
7	Atualizar curso de direção defensiva	NFIS, SFIS e parceria externa	Centros de Treinamento credenciado	1º semestre de 2026	A desatualização representa risco dos colaboradores	Parceria com entidade credenciada por meio de processo licitatório	Custo por Agente Fiscal

8	Implantar sistema de controle de prazos de diligências	NFIS, SFIS e NCLO	Sistema Corporativo	1º trimestre de 2026	Não cumprimento de prazos nas solicitações	Criação de <i>checklist</i> e indicadores de controle	Horas de colaboradores dedicadas ao monitoramento diário
9	Regulamentar prazos de fiscalização	GFIS e Procuradoria Jurídica	Sistema Corporativo	2º trimestre de 2026	Falta de normativo gera inconsistências	Elaboração de instrução normativa	Tempo dos colaboradores para redação até a aprovação do normativo
10	Estruturar coleta de dados para controles estatísticos	NFIS, NCLO e GTIN	Sistema Corporativo	1º trimestre de 2026	Dados insuficientes para elaboração dos relatórios de controle	Revisão dos campos do relatório de fiscalização e elaboração de planilhas	Ajustes no sistema
11	Viabilizar a renovação da frota de veículos	GFIS e GADM (Gerência Administrativa)	GFIS	2026/2027 (planejamento)	Frota antiga impacta a logística. Necessidade de redução do custo de manutenção	Gestão com a Diretoria	Custo dos veículos
12	Agilizar a disponibilização de uniformes	NCLO e SLOG (Setor de Logística)	Nas Zonais	1º trimestre de 2026	Demora na entrega desmotiva a equipe	Tratativas com a fornecedora de material	Custo com a reposição dos uniformes

#### 14. METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO

O acompanhamento sistemático do desempenho das atividades de fiscalização é fundamental para garantir a efetividade das ações e a consecução dos objetivos estratégicos do Crea-RS.

Para 2026, foi estabelecido um conjunto de metas e indicadores alinhados às diretrizes nacionais do Confea, às diretrizes previstas no sistema de governança e ao histórico de desempenho do Conselho entre 2023 e 2025, permitindo uma gestão orientada a resultados e a melhoria contínua dos processos.

##### 14.1. METAS DA GESTÃO PARA 2026

<b>Propor Soluções para os Problemas</b>	
Área: Gerência de Fiscalização	
Responsáveis: Gerente, Chefes de Núcleo e Supervisores de Fiscalização	
<b>Problema (prioridade)</b>	<b>Indicadores e Metas</b>
1	Indicador: % de funcionalidade operacional do aplicativo Infofisc sem falhas Meta: $\geq 95\%$
2	Indicador: % de relatórios dentro do padrão estabelecido Meta: $\geq 95\%$
3	Indicador: número de reuniões de alinhamento realizadas entre a GFIS e a GTIN Meta: 2 reuniões/mês e contratação de 2 programadores para a GFIS
4	Indicador: % de preenchimento de vagas em aberto Meta: 100% das vagas
5	Indicador: % de instruções de procedimentos revisados e padronizados Meta: 100%
6	Indicador: % de Agentes de Fiscalização capacitados no ano Meta: 100%
7	Indicador: % de Agentes Fiscais com curso atualizado Meta: 100%
8	Indicador: % de diligências dentro do prazo Meta: $\geq 75\%$
9	Indicador: Instrução normativa publicada Meta: 1 Instrução Normativa
10	Indicador: % de planilhas de dados ajustados com os campos dos relatórios de fiscalização Meta: 100%
11	Indicador: % da frota de veículos renovada Meta: 20%
12	Indicador: tempo médio entre solicitação e entrega ao Agente Fiscal Meta: $\leq 50$ dias

## 14.2.

**PRINCÍPIOS PARA DEFINIÇÃO DE METAS COMPLEMENTARES**

- Realismo: baseadas no cenário operacional e na capacidade instalada, considerando a redução no número de Agentes Fiscais por aposentadoria ou desligamento no PDI
- Desafio: proporcionar crescimento em relação aos anos anteriores
- Mensuribilidade: passíveis de aferição objetiva por meio do sistema corporativo (APOLO)
- Relevância: vinculadas diretamente aos objetivos estratégicos da fiscalização

#### 14.3. INDICADORES E METAS COMPLEMENTARES PARA 2026

Nome do Indicador: <b>TAXA DE EMPREENDIMENTOS IRREGULARES (TEIF)</b>	
Histórico do indicador:	34,6% (2023), 29,62% (2024) e 35,09% (1/1 a 24/11/2025)
Meta para 2026:	≥ 37% (será mantida a mesma meta de 2025)
Definição:	empreendimentos irregulares constatados pela fiscalização
Fórmula:	(Empreendimentos Irregulares / Total Fiscalizado) x 100
Critério de acompanhamento:	acumulado
Responsável:	Gerência de Fiscalização
Periodicidade do acompanhamento:	mensal
Fonte de dados:	sistema corporativo
Polaridade:	positiva

Nome do Indicador: <b>TAXA DE EMPREENDIMENTOS FISCALIZADOS</b> <i>(indicador criado para atender às metas e diretrizes do planejamento do Confea, com o objetivo de incrementar em 12% o número de empreendimentos fiscalizados ao longo do triênio 2025-2027)</i>	
Histórico do indicador:	21.607 (2023), 23.916 (2024) e 20.825 (1/1 a 24/11/2025)
Meta para 2026:	≥ 12% (será mantida a mesma meta de 2025)
Definição:	medição do aumento percentual de empreendimentos fiscalizados em relação ao ano base anterior
Fórmula:	total de empreendimentos fiscalizados em 2025 + percentual da meta
Critério de acompanhamento:	acumulado
Responsável:	Gerência de Fiscalização
Periodicidade do acompanhamento:	mensal
Fonte de dados:	sistema corporativo

Polaridade:	positiva
-------------	----------

Nome do Indicador: <b>CONTRATOS CELEBRADOS</b>	
Histórico do indicador:	1.826 (2023), 3.586 (2024) e 2.585 (1/1 a 24/11/2025)
Meta para 2026:	≥ 12% (será mantida a mesma meta de 2025)
Definição:	quando constatada ausência de profissional em obra ou serviço técnico na Engenharia ou Agronomia e tenha ocorrido a contratação de profissional, com o registro da ART, considera-se um contrato celebrado por força do ato de fiscalização
Fórmula:	total de contratos celebrados em 2025 + o percentual da meta
Critério de acompanhamento:	acumulado
Responsável:	Gerência de Fiscalização
Periodicidade do acompanhamento:	mensal
Fonte de dados:	sistema corporativo
Polaridade:	positiva

Nome do Indicador: <b>PROFISSIONAIS CONTRATADOS</b>	
Histórico do indicador:	1.438 (2023), 1.937 (2024) e 1.570 (1/1 a 24/11/2025)
Meta para 2026:	≥ 12% (será mantida a mesma meta de 2025)
Definição:	contabiliza a quantidade de profissionais que registraram Anotações de Responsabilidade Técnica em contratos celebrados
Fórmula:	total de profissionais contratados em 2025 + o percentual da meta
Critério de acompanhamento:	acumulado
Responsável:	Gerência de Fiscalização
Periodicidade do acompanhamento:	mensal
Fonte de dados:	sistema corporativo
Polaridade:	positiva

Nome do Indicador: <b>TAXA DE REGULARIZAÇÃO FISCALIZATÓRIA (TRF)</b>	
Histórico do indicador:	81% (2023), 83,49% (2024) e 79,16% (1/1 a 24/11/2025)

Meta para 2026:	≥ 85% (será mantida a mesma meta de 2025)
Definição:	percentual de regularização dos empreendimentos irregulares constatados pela fiscalização, incluindo as regularizações de outros conselhos de fiscalização
Fórmula:	(Regularizações / Irregulares) x 100
Critério de acompanhamento:	acumulado
Responsável:	Gerência de Fiscalização
Periodicidade do acompanhamento:	mensal
Fonte de dados:	sistema corporativo
Polaridade:	positiva

Nome do Indicador: <b>TOTAL DE REGULARIZAÇÕES (TREG)</b>	
Histórico do indicador:	9.595 (2023), 9.387 (2024) e 7.712 (1/1 a 24/11/2025)
Meta para 2026:	≥ 9.000 (será mantida a mesma meta de 2025)
Definição:	contabiliza todas as regularizações obtidas por força do ato de fiscalização (após a fiscalização), incluindo ARTs, empresas registradas, profissionais anotados, profissionais registrados, visto de empresas e profissionais
Fórmula:	soma de ARTs, registros, vistos e anotações pós-fiscalização
Critério de acompanhamento:	acumulado
Responsável:	Gerência de Fiscalização
Periodicidade do acompanhamento:	mensal
Fonte de dados:	sistema corporativo
Polaridade:	positiva

Nome do Indicador: <b>INDICADOR DE PERFORMANCE FISCALIZATÓRIA (IPF)</b>	
Histórico do indicador:	35% (2023), 42% (2024) e 40% (1/1 a 24/11/2025)
Meta para 2026:	≥ 60% (será mantida a mesma meta de 2025)
Definição:	mede a eficácia do ato fiscalizatório, sendo a relação do resultado pelo esforço. Considera como resultado todas as regularizações inerentes ao Sistema Confea/Crea obtidas por força do ato fiscalizatório, com data igual ou

	superior à fiscalização, e o esforço a quantidade de relatórios emitidos no período aferido
Fórmula:	$(\text{Regularizações} / \text{Relatórios emitidos}) \times 100$
Critério de acompanhamento:	acumulado
Responsável:	Gerência de Fiscalização
Periodicidade do acompanhamento:	mensal
Fonte de dados:	sistema corporativo
Polaridade:	positiva

#### 14.4. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO

- Periodicidade: monitoramento mensal com consolidação quadrimestral
- Fonte de dados: sistema corporativo do Crea-RS (APOLO)
- Responsabilidade: Núcleo de Controle e Logística (NCLO) e Setor de Geoprocessamento (SGPR)
- Divulgação: relatórios mensais do NCLO e relatórios/painéis de controle dinâmico do SGPR

#### 15. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A garantia do cumprimento integral deste Planejamento e a mensuração de sua efetividade dependem de um robusto sistema de monitoramento e avaliação. Este capítulo estabelece os mecanismos, a periodicidade e as responsabilidades para o acompanhamento sistemático de todas as Metas, ações e iniciativas previstas para 2026, assegurando transparência e gestão por resultados.

##### 15.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO MONITORAMENTO

Conforme disposto no Artigo 18 da Resolução n.º 1.134 do Confea, de 2021, a responsabilidade pelo acompanhamento da execução deste planejamento tático-operacional é compartilhada por uma estrutura colegiada, com papéis complementares:

- **Núcleo de Controle e Logística (NCLO):** responsável principal pela coordenação do sistema de monitoramento, coleta inicial de dados estatísticos do Sistema Corporativo e acompanhamento dos cronogramas de ações e do uso de recursos logísticos.
- **Setor de Geoprocessamento (SGPR):** atua como centro analítico e de inteligência do monitoramento, funcionando como o provedor de *insights* para a gestão. Suas responsabilidades incluem a *consolidação de informações* (integração de dados provenientes do sistema corporativo, relatórios de campo e outras fontes), *análise de métricas e indicadores* (processamento e análise profunda dos dados para transformá-los em informações estratégicas, identificando tendências, padrões de desempenho e desvios), *elaboração do relatório de monitoramento* (produção de relatórios periódicos quadrimestrais que consolidam de forma clara e visual o andamento das metas, os resultados das ações e o cumprimento dos objetivos do plano anual) e

*apoio à tomada de decisão* (fornecimento de subsídios técnicos e visuais para as reuniões de avaliação, permitindo ajustes rápidos e baseados em evidências).

- **Gerência de Fiscalização (GFIS), Núcleo de Fiscalização (NFIS) e Supervisores Regionais:** responsáveis pela análise qualitativa dos dados consolidados pelo SGPR, pela interpretação dos resultados no contexto operacional, pela definição de ações corretivas e pela validação das conclusões dos relatórios de monitoramento.

Esta estrutura assegura que o monitoramento vá além da simples coleta de números, evoluindo para uma avaliação inteligente e espacialmente referenciada da performance da fiscalização.

## 15.2. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO

O monitoramento será realizado por meio de um sistema integrado que combina:

- Acompanhamento de Metas e Indicadores: o NCLC será responsável pelo monitoramento mensal de todos os indicadores estabelecidos no Capítulo 14, consolidando os dados extraídos do Sistema Corporativo e gerando relatórios gerenciais.

- Acompanhamento de Ações Especiais: cada ação especial de fiscalização será acompanhada pelo NFIS, com apoio do SFIS e SGPR, desde o seu planejamento até a conclusão. Caberá ao SGPR contribuir no planejamento dos alvos, bem como mapear geograficamente a execução e os resultados destas ações. O controle do cumprimento do cronograma (datas de início e fim), dos recursos logísticos e humanos alocados, bem como dos resultados alcançados (autos de infração lavrados, regularizações, etc.) será realizado pelo NCLC.

### **Acompanhamento de Ações Especiais:**

- Avaliação de desempenho da fiscalização: A GFIS e o NFIS, com a ciência da SFIS, irão avaliar trimestralmente o desempenho dos Agentes Fiscais nos Aportes e roteiros realizados, com base na produtividade, qualidade dos relatórios e contribuição para o alcance das metas regionais, focando na eficiência e eficácia.

## 15.3. PERIODICIDADE E RELATÓRIOS

O processo de monitoramento seguirá uma rotina definida:

- Análise mensal: ao NCLC compete verificar mensalmente os indicadores e publicar relatórios dentro do Sistema Operacional.
- Relatório quadrimestral: o SGPR elaborará relatórios consolidados quadrimestrais, contendo os resultados das ações fiscalizatórias, analisados sob a ótica territorial e por modalidade profissional. Esses relatórios serão encaminhados para apreciação das Câmaras Especializadas (e também da Coordenadoria das Inspetorias), conforme Artigo 14, §2º, da Resolução n.º 1134 do Confea, de 2021, sendo posteriormente publicados na *homepage* destinada à Fiscalização no *site* do Crea-RS.

- Avaliação quadrimestral: reuniões da GFIS, NCLC, NFIS e SGPR para uma análise qualitativa e quantitativa mais detalhada, com revisão dos Aportes e roteiros realizados, dos relatórios de inteligência elaborados no Setor de Geoprocessamento (SGPR), para ajustes estratégicos e revisão do cronograma de ações (se necessário).

## 15.4. AUDITORIA E AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE

Para além do monitoramento contínuo, está prevista uma avaliação anual de efetividade ao final de 2026. Essa avaliação terá como objetivo analisar não apenas o cumprimento de metas quantitativas, mas também o impacto qualitativo das ações.

#### 15.5. **GESTÃO POR AÇÕES CORRETIVAS**

O sistema é dinâmico e orientado para a solução. Assim, a identificação de qualquer desvio em relação ao planejado acionará imediatamente a elaboração de um Plano de Ação Corretiva, coordenado pela GFIS e pelo setor envolvido, garantindo rápida resposta a entraves operacionais, técnicos ou logísticos.

Este modelo assegura que o Planejamento da Fiscalização de 2026 seja um documento vivo, constantemente guiado por dados e focado na obtenção de resultados concretos que reforçam a missão institucional do Crea-RS perante a sociedade gaúcha.

#### 16. **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2026** 💰

A execução eficaz do Planejamento Estratégico de Fiscalização para 2026 está condicionada à adequada alocação de recursos financeiros que suportem as ações, investimentos e custeios necessários. Este capítulo apresenta a previsão orçamentária detalhada, estruturada por categorias de despesa, alinhada às metas operacionais e em conformidade com a legislação de responsabilidade fiscal.

##### 16.1. **PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- Vinculação estratégica: direta correlação entre as rubricas orçamentárias e os objetivos, metas e ações especiais previstas no plano.
- Eficiência e economicidade: otimização de recursos, priorizando investimentos que gerem ganhos de produtividade e redução de custos no médio e longo prazos.
- Transparência: destinação clara e publicidade dos recursos aplicados na atividade-fim da fiscalização.
- Flexibilidade controlada: previsão de margem para realocações necessárias em função de demandas emergenciais ou novas prioridades, mediante justificativa e aprovação formal.

##### 16.2. **ESTIMATIVA DE DESPESAS POR CATEGORIA**

A previsão orçamentária para a Gerência de Fiscalização em 2026 está distribuída nas seguintes categorias principais:

<b>CATEGORIA DA DESPESA</b>	<b>VALOR ESTIMADO PARA 2026</b>
<i>Manutenção/Lavagem*</i>	<i>R\$ 590.394,96</i>
<i>Abastecimento*</i>	<i>R\$ 376.632,30</i>
<i>Garagens*</i>	<i>R\$ 118.511,40</i>
<i>Monitoramento Veicular*</i>	<i>R\$ 17.973,12</i>

<i>Caixa Suprimento</i>	<i>R\$ 12.000,00</i>
<i>Seguro Obrigatório/Licenciamento IPVA*</i>	<i>R\$ 51.923,63</i>
<i>Seguro veicular*</i>	<i>R\$ 106.986,25</i>
<i>Diárias</i>	<i>R\$ 811.215,00</i>
<i>Aquisição de veículos*</i>	<i>R\$ 1.652.893,00</i>
<i>Aquisição de drones*</i>	<i>R\$ 35.679,35</i>
<i>Adesivagem*</i>	<i>R\$ 6.480,00</i>
<i>Consulta CPF/CNPJ – SPC</i>	<i>R\$ 3.142,12</i>
<i>Telefonia*</i>	<i>R\$ 160.341,12</i>
<i>Uniformes /EPIS/Equipamentos*</i>	<i>R\$ 150.741,85</i>
<i>ArcGIS</i>	<i>R\$ 134.066,30</i>
<i>MICROSOFT SERVER STANDARD 2025*</i>	<i>R\$ 5.399,10</i>
<i>Selo de Obra</i>	<i>R\$ 9.120,00</i>
<i>Placas de Obra</i>	<i>R\$ 170.000,00</i>
<i>Melhorias e Inovações no APP da Fiscalização*</i>	<i>R\$ 472.800,00</i>
<i>OFFICE 365 APPS For Business*</i>	<i>R\$ 50.000,00</i>
<i>Aquisição de Laptops*</i>	<i>R\$ 64.700,00</i>
<i>Abono de Produtividade*</i>	<i>R\$ 2.124.000,00</i>
<b><i>Total Geral</i></b>	<b><i>R\$ 7.124.999,50</i></b>

\*Categorias de despesas não previstas em 2025 ou com impacto na projeção de gastos para 2026 decorrentes da ampliação do quadro de Agentes Fiscais, aquisição de novos veículos e drones, licenciamento e melhoria/atualização de *softwares*, *que justificam o aumento orçamentário em relação a 2025*.

### 16.3. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE DESPESAS

<b>Manutenção/Lavagem</b>	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
<i>R\$ 105.042,33</i>	<i>R\$ 590.394,96</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Lavagem: R\$ 155.994,96</b></li> </ul> <p>- Média do valor da lavagem no primeiro semestre de 2025: R\$ 95,82  - 74 veículos (previsão do acréscimo de 4 veículos para fiscais e 5 veículos especiais para ações) com, no mínimo, 2 lavagens mensais (em 11 meses)</p>	

- **Manutenção: R\$ 434.400,00**

- 57 veículos Onix (fiscalização) km média 50.000, 5 veículos Logan (fiscalização) km média 110.000, 1 veículo Onix Plus (Gabinete) km 90.000 e 1 veículo Cruze (Gabinete) km 100.000
- Valor médio da Revisão R\$ 6.500,00
- 1 veículo Sprinter (VAN) – primeira revisão – valor R\$ 1.840,00
- 4 veículos para fiscais e 5 veículos especiais para ações novos – primeira revisão – valor R\$ 1.840,00

<b>Abastecimento</b>	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
<i>R\$ 258.848,68</i>	<i>R\$ 376.632,30</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 2024 foram gastos R\$ 278.372,00, apresentando o preço médio do litro em R\$ 6,21. O aumento do preço de combustíveis de 2024 para 2025 foi de 7,8%. O valor médio atual da gasolina é de R\$ 6,41. Considerou-se para 2026 o mesmo índice de aumento, ficando o <b>valor médio do litro de combustível em R\$ 6,68</b></li> <li>• Até o final de maio de 2025 foram rodados, aproximadamente, 206.167 km (média mensal de 41.133 km) e abastecidos 14.684,37 litros (média mensal de 3.671,06 litros). Projetando até novembro de 2025 teremos um consumo total aproximado de 40.382,01 litros</li> <li>• O quadro atual é composto por 53 Agentes Fiscais. A média de consumo por Agente Fiscal é de 761,92 litros mensais. Existe a previsão de contratação de mais 21 agentes fiscais concursados em 2026</li> <li>• Considerando que em 2026 possivelmente teremos 74 Agentes Fiscais, a projeção do consumo de litros de combustíveis será de <b>56.382,08 litros</b></li> </ul>	

<b>Garagens</b>	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
<i>R\$ 99.159,35</i>	<i>R\$ 118.511,40</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gastos até 30/05/2025: R\$ 36.279,15.</li> <li>• IGPM acumulado em maio/2025: 7,02%</li> <li>• Total de vagas alugadas: 37 (outubro/2025) + previsão de aumento de 12 vagas: <b>49 no total (2026)</b></li> <li>• Valor médio mensal por vaga: <b>R\$ 201,55</b></li> </ul>	

<b>Monitoramento Veicular</b>
-------------------------------

Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 61.179,48	R\$ 17.973,12
<ul style="list-style-type: none"> <li>• IGPM acumulado em maio/2025: 7,02%</li> <li>• previsão de <b>74 veículos</b> para 2026</li> <li>• Novo edital de licitação prevê um <b>preço médio de R\$ 20,24</b></li> </ul>	

Caixa Suprimento	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O caixa de suprimentos de fundos da GFIS é utilizado exclusivamente para o custeio de pequenas despesas, oriundas de veículos do Crea-RS, conforme instituído na Portaria n.º 54 da Presidência, de 16 de março de 2010</li> <li>• A validade do caixa de suprimento não poderá ser superior a 2 meses. Em virtude disso, será estimada a quantidade de <b>6 (seis) caixas, no valor de R\$ 2.000,00</b> cada (valor fixado na Portaria citada)</li> </ul>	

Seguro Obrigatório/Licenciamento IPVA	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 0	R\$ 51.923,63
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A partir do ano de 2016, em virtude da placa branca, não há necessidade de realizar pagamento do licenciamento, mas sim somente do seguro obrigatório</li> <li>• Foram considerados 74 veículos (58 Onix, 1 Cruze, 1 Van, 5 Logans e a previsão da aquisição de 9 veículos novos)</li> <li>• As tarifas em 2024 e 2025 foram ZERO para todas as categorias de veículos</li> <li>• Em 17/5/2024 foi criado o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT). Durante a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados o governo estimou que o valor anual do seguro por veículo ficaria entre R\$ 50 e R\$ 60</li> <li>• Para que não haja imprevistos, o valor estimado para o ano de 2026 será de R\$ 100,00 por veículo: <b>R\$ 7.400,00 (SPVAT)</b></li> <li>• Previsão de aquisição de 9 novos veículos em 2026 (nova resolução do Detran-RS descaracteriza os veículos do Crea-RS como oficiais)</li> </ul>	

- Aquisição de 4 veículos novos (previsão de contratação de novos agentes fiscais), no valor médio de R\$ 99.327,00 por unidade
- Aquisição de 5 veículos modelo Sport Utility Pick-up, no valor médio de R\$ R\$ 151.790,00 por unidade
- Aquisição da VAN em 2025 (Sprinter 417 CDI, no valor de R\$ 327.862,81)
- Taxa de Licenciamento: R\$109,27
- Taxa do IPVA: 3% sobre o valor venal do veículo (**4 veículos novos: total de R\$ 11.919,24 / 5 veículos novos modelo Sport Utility Pick-up: total de R\$ 22.768,50 / 1 van – total de R\$ 9.835,89**)

Seguro veicular	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 77.480,00	R\$ 106.986,25
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Previsão de 74 veículos em 2026: 58 Onix, 1 Cruze, 1 Van, 5 Logans e 9 veículos novos</li> <li>• São 64 veículos segurados atualmente: 58 Onix, 1 Cruze e 5 Logans, sendo o valor médio por veículo de R\$ 1.163,75</li> <li>• Valor do seguro da VAN (Sprinter 417 CDI): <b>R\$ 6.851,25</b></li> <li>• Previsão de seguro dos 5 veículos modelo Sport Utility Pick-up: R\$ 4.200,00 por unidade (total estimado de <b>R\$ 21.000,00</b>)</li> <li>• Previsão de seguro para 68 veículos (58 Onix, 1 Cruze, 5 Logans e 4 novos): <b>R\$ 79.135,00</b></li> </ul>	

Diárias	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 715.000,00	R\$ 811.215,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de diárias previstas até dezembro de 2025 (<b>2.003 diárias</b>), sendo projetado o mesmo número para 2026</li> <li>• Previsão de aumento da diárias para 2026: <b>R\$ 405,00</b></li> <li>• Contratação de Agentes Fiscais: estimado aumento de 21 Agentes Fiscais para 2026</li> <li>• Ações Especiais em 2025: <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Operação Carnaval / Operação Concessionárias-Permissionárias do serviço de Distribuição de Energia Elétrica / Operação Minerva / Operação Hipócrates / Operação Demeter / Operação Condominial / Operação Postos de Combustíveis / Operação Hefestos / Operação Volta às Aulas / Operação Verão / Operação Natal / Operação Expointer/ Operação Semana</li> </ul> </li> </ul>	

Farroupilha / Operação Becquerel / Ação Nacional - Operação decantação / Operação Voo Seguro

- Supervisão: acompanhamento do supervisor, totalizando diárias anuais
- Treinamento: dois encontros anuais
- Reuniões: participação de supervisores, chefes de núcleo, gerentes e demais funcionários da área de fiscalização em reuniões
- Logística: utilizadas diárias normalmente para a substituição de veículos

Aquisição de veículos	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 0	R\$ 1.652.893,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de 5 novos veículos, em substituição aos veículos Logan em uso, adquiridos em 2017 (média de quilometragem dos veículos Logan é de 100.000 km)</li> <li>• Previsão de aquisição (2026) de 4 veículos novos (contratação de novos agentes fiscais) de modelo compacto, tipos hatchback ou sedan. Referências: ONIX MT - 2026 (R\$ 107.290,00) - HB20 (R\$ 95.790,00) - ARGO DRIVE 1.0 FLEX 4P 2026 (R\$ 94.900,00). Preço médio unitário de R\$ 99.327,00, totalizando R\$ 397.308,00 (4 veículos novos), mais R\$ 496.635,00 da substituição de veículos: <b>R\$ 893.943,00 (total)</b></li> <li>• Previsão de aquisição (2026) de 5 veículos especiais (camionetas com utilização em ações de fiscalização especiais, em propriedades rurais, em armazenadoras de grãos e em mineradoras / 4 com os supervisores e 1 com a Gerência de Fiscalização) modelo Sport Utility Pickup (SUP), automática. Referências: FIAT TORO - ENDURANCE FLEX (R\$ 163.690,00) <a href="https://toro.fiat.com.br/versoes/endurance-flex/">https://toro.fiat.com.br/versoes/endurance-flex/</a> - MONTANA LTZ TURBO (R\$ 164.990,00) <a href="https://www.chevrolet.com.br/picapes/chevrolet-montana#versoes">https://www.chevrolet.com.br/picapes/chevrolet-montana#versoes</a> - RENAULT OROCH ICONIC (R\$ 126.690,00) <a href="https://www.renault.com.br/veiculos-de-passeio/oroch/monte-o-seu.html?conf=https%3A%2F%2Fbr.co.rplug.renault.com%2Fc%2FBABKi%2FAr8&amp;stepType=design">https://www.renault.com.br/veiculos-de-passeio/oroch/monte-o-seu.html?conf=https%3A%2F%2Fbr.co.rplug.renault.com%2Fc%2FBABKi%2FAr8&amp;stepType=design</a>. Preço médio unitário de R\$ 151.790,00, totalizando: <b>R\$ 758.950,00</b></li> </ul>	

Aquisição de Drones	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 0	R\$ 35.679,35

- Para o ano de 2026 existe a previsão da compra de **2 drones**. Referências: Drone DJI Air 3S (R\$ 15.990,00) [Drone Linha Air DJI em até 12x s/ juros e Frete Grátis - DJI Brasil](#) - Drone Autel EVO Lite 6K Enterprise Premium Package (R\$ 19.689,35) <https://www.worldwidebrasil.com.br/drone-autel-evo-lite-6k-enterprise-premium-package-lacrado>. **Preço médio: R\$ 17.839,67**

Adesivagem	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 3.600,00	R\$ 6.480,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para o ano de 2026 existe a previsão de compra de <b>9 veículos novos</b>. Será necessário realizar a adesivagem</li> <li>• Valor médio pago em 2025 foi de R\$ 180,00 por peça (4 peças: capô dianteiro, lateral direita, lateral esquerda e parte traseira), <b>R\$ 720,00 por veículo</b></li> </ul>	

Consulta CPF/CNPJ – SPC	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 3.084,88	R\$ 3.142,12
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mensalidade atual: R\$ 180 (<b>valor anual de R\$ 2.160,00</b>)</li> <li>• Valor médio atual da consulta: R\$ 1,33. Projeção para 2026 do IGPM: alta de 7,02%. <b>Previsão de R\$ 1,42</b></li> <li>• Projeção de consultas até dezembro/2025: <b>690</b></li> </ul>	

Telefonia	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 135.259,20	R\$ 160.341,12
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor atual da linha telefônica: R\$ 173,41 / mês</li> <li>• Projeção do aumento do valor da linha para 2026 (INPC de 7,02%): <b>R\$ 185,58 / mês</b></li> <li>• Total de <b>65 linhas atuais</b></li> <li>• Aquisição de <b>7 linhas novas</b> (contratação novos agentes fiscais)</li> </ul>	

<b>Uniformes /EPIS/Equipamentos</b>	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 124.631,00	R\$ 150.741,85
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boné (estimado 225): R\$ 8.322,75**</li> <li>• Camisa (estimado 232): R\$ 55.980,00**</li> <li>• Jaqueta (estimado 63): R\$ 29.378,00**</li> <li>• Moletom (estimado 126): 21.206,00**</li> <li>• Colete (estimado 63): R\$ 15.816,60**</li> <li>• Calçado ocupacional tipo botina (estimado 75): R\$ 10.800,00*</li> <li>• Protetor Solar (estimado 150): R\$ 4.258,50*</li> <li>• Capacete (estimado 75): R\$ 4.980,00*</li> </ul> <p>* Valores Médios (em 26/6/2025)  ** Valores médios (processo SEI n.º 2024.000012306-5), acrescidos de 7,02% do INPC</p>	

<b>ArcGIS</b>	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 129.313,58	R\$ 134.066,30
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de manutenção do <i>software ArcGIS Enterprise Standard</i> para até quatro núcleos de processamento incluindo suporte técnico e Serviço de Manutenção de versão: <b>R\$ 87.625,29</b></li> <li>• Serviço de manutenção do <i>software ArcGIS Desktop Standard</i> de Uso Concorrente (Primária) incluindo suporte técnico: <b>R\$ 28.607,99</b></li> <li>• Venda de serviços especializados em Sistema de Informação Geográfica (para o serviço a ser executado pela empresa Imagem, para a atualização do <i>software</i>): <b>R\$ 17.833,02</b></li> </ul>	

<b>MICROSOFT SERVER STANDARD 2025</b>	
Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 0	R\$ 5.399,10
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade da aquisição do <i>software Microsoft Server Standard 2025</i>, com o propósito de suprir a atualização do sistema operacional do servidor que atualmente comporta o <i>software</i></li> </ul>	

*ArcGIS Enterprise 10.9.1*. A versão atual do sistema operacional é *Microsoft Server Standard 2012*, não atendendo às próximas atualizações do *software ArcGIS*

- A melhoria no sistema operacional do servidor, por meio da aquisição do *Microsoft Server Standard 2025*, é um pré-requisito para a atualização do *software ArcGIS Enterprise* na versão 12.1. O objetivo é assegurar a manutenção do sistema para que ocorra a permanência da usabilidade dos recursos da plataforma
- Valor orçado de **R\$ 5.399,10**

#### Selo de Obra

Previsão de Gastos em 2025

Projeção para 2026

R\$ 0

R\$ 9.120,00

- Selo de "obra fiscalizada" para utilização pelos Agentes Fiscais
- Estimadas **16.000 unidades**
- Valor unitário estimado: R\$ 0,53
- Valor médio, baseado no processo SEI n.º 2023.000005176-8 (registro de preços), acrescidos de 7,02% do INPC: **R\$ 0,57**

#### Placas de Obra

Previsão de Gastos em 2025

Projeção para 2026

R\$ 0

R\$ 170.000,00

- Placa de obras para uso dos profissionais (50cm X 50cm), fabricadas em PVC, em atendimento à lei n.º 5.194/66 (art. 16)
- Estimadas **10.000 unidades**
- Valor unitário estimado: **R\$ 17,00**

#### Melhorias e Inovações no APP - Fiscalização

Previsão de Gastos em 2025

Projeção para 2026

R\$ 0

R\$ 472.800,00

- Contratação do RETROFIT do aplicativo da fiscalização e atualização do app para a tecnologia de desenvolvimento suportada pelo Crea-RS (processo SEI n.º 2023.000004022-7), em 2024, no valor

de R\$ 645.000,00

- Valor pago atualmente para a empresa responsável pelo desenvolvimento da IA: **R\$ 197,00 / hora**
- Estimadas **200h mensais durante 12 meses**

#### OFFICE 365 APPS For Business

Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 38.990,98	R\$ 50.000,00

- Aquisição de 69 licenças do *OFFICE 365 APPS For Business* para uso da GFIS
- Processo SEI n.º 2024.000003223-0
- Sem índice oficial. valor regulado pela Microsoft

#### Aquisição de Laptops

Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 0	R\$ 64.700,00

- Aquisição de **10 laptops** para uso pela GFIS (novos Agentes Fiscais)
- Pesquisa realizada em ata de registro de preço

#### Abono de Produtividade

Previsão de Gastos em 2025	Projeção para 2026
R\$ 0	R\$ 2.124.000,00

- Projeção do Abono de Produtividade que, caso seja aprovado pela Diretoria, poderá ser implementado
- A projeção considerou o valor máximo praticado pelo Crea-BA, no montante de **R\$ 3.000,00 mensais**, tomando como referência **59 agentes fiscais**
- Para que o Abono de Produtividade seja efetivamente implementado será necessária a edição de Portaria que normatize os critérios de concessão, estabelecendo, entre outros aspectos: os valores máximo e mínimo a serem pagos; os parâmetros e indicadores de desempenho; a metodologia de avaliação; as condições para manutenção, suspensão ou revisão do benefício

## 16.4. RESUMO DO IMPACTO NO ORÇAMENTO

- Total do orçamento para 2025: **R\$ 3.596.591,80**
- Previsão orçamentária total para 2026: **R\$ 7.124.999,50**
- Previsão orçamentária para as novas categorias de despesa em 2026: **R\$ 4.671.334,60**
- Percentual das novas categorias de despesa na previsão orçamentária em 2026: **65,56%**

Esse resumo demonstra que o expressivo aumento orçamentário para 2026 está diretamente relacionado a **investimentos em modernização, expansão da frota, aquisição de equipamentos tecnológicos e implementação de benefícios de produtividade**, além de adequações a novas obrigações legais (como o seguro SPVAT).

Essas inclusões refletem uma estratégia de **fortalecimento operacional e tecnológico da fiscalização**, alinhada às metas de eficiência, abrangência territorial e transparência previstas no planejamento.

#### 16.5. FONTE DE RECURSO

Os recursos necessários serão provenientes da dotação orçamentária do Confea, definida no orçamento anual.

#### 16.6. GESTÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

· Responsabilidade: a gestão financeira e o controle de execução orçamentária são de responsabilidade da área financeira do Crea-RS, em estreita interlocução com a Gerência de Fiscalização.

· Acompanhamento: o NCLO monitorará os compromissos de despesas relacionadas às ações de fiscalização, confrontando-os mensalmente com a execução física do plano.

· Prestação de contas: a aplicação dos recursos será detalhada em relatórios de monitoramento e irá compor a prestação de contas anual do Conselho, garantindo transparência à sociedade.

#### 16.7. RISCOS ORÇAMENTÁRIOS E MITIGAÇÃO

· Risco: contingenciamento ou redução da dotação orçamentária.

· Mitigação: priorização absoluta das despesas de custeio das ações-fim (diárias, combustível) e dos investimentos já em andamento (Infofisc). As ações serão reavaliadas e poderão ser reprogramadas conforme a disponibilidade financeira real.

Esta previsão orçamentária assegura a viabilidade financeira do planejamento, transformando estratégias em ações concretas e demonstrando o compromisso do Crea-RS com uma gestão fiscalizatória responsável e eficiente.

#### 17. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Planejamento Estratégico de Fiscalização para o exercício de 2026 constitui o documento orientador central para todas as ações da Gerência de Fiscalização do Crea-RS, formalizando o compromisso institucional com uma atuação fiscalizatória moderna, eficiente e alinhada aos anseios da sociedade gaúcha.

Para sua plena validade e eficácia, estabelecem-se as seguintes disposições finais:

- I - Aprovação institucional: na forma do disposto na Resolução n.º 1.134 do Confea, de 2021, o presente documento deverá ser submetido à apreciação da Diretoria deste Conselho e, subsequentemente, encaminhado para aprovação em Plenário, adquirindo validade legal a partir de sua homologação.
- II - Revisão e atualização: este planejamento é um instrumento dinâmico, que poderá ser revisto e atualizado ao longo do exercício de 2026 mediante proposta justificada da Gerência de Fiscalização, aprovada pela Diretoria, para adequar-se a eventualidades, novas demandas da sociedade ou alterações no cenário normativo e operacional.
- III - Divulgação e transparência: uma vez aprovado, o Planejamento de Fiscalização 2026 será disponibilizado em formato digital no portal oficial do Crea-RS, garantindo amplo acesso aos profissionais, empresas e à sociedade em geral, reforçando o compromisso institucional com a transparência e a prestação de contas.
- IV - Vigência: este plano vigorará pelo período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, servindo como base para a execução orçamentária e a avaliação de desempenho da Gerência de Fiscalização e de seus colaboradores.

Aprovação:

Supervisores Regionais:

**Pedro Estevam Ost (Regional I)**

**Raquel Fortes Rodrigues (Regional II)**

**Gustavo Marure Vaz (Regional III)**

**Amâncio Renato do Nascimento (Regional IV)**

Setor de Geoprocessamento:

**Geol. Gustavo Amorim Fernandes**

Chefe de Núcleo de Controle e Logística:

**Jaime Leandro Mello**

Chefe de Núcleo de Fiscalização:

**Alessandra Maria Borges**

Gerente de Fiscalização e Inspetorias:

**Eng. Civ. Donário Rodrigues Braga Neto**



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA MARIA BORGES, Chefe de Setor**, em 19/12/2025, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO ESTEVAM OST, Supervisor(a)**, em 19/12/2025, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DONÁRIO RODRIGUES BRAGA NETO, Gerente**, em 19/12/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL FORTES RODRIGUES, Supervisor(a)**, em 19/12/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO AMORIM FERNANDES, Analista de Processo**, em 19/12/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAIME LEANDRO MELLO FILHO, Chefe de Núcleo**, em 22/12/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMANCIO RENATO S. NASCIMENTO, Supervisor(a)**, em 29/12/2025, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO MARURE VAZ, Supervisor(a)**, em 29/12/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **3505926** e o código CRC **9D7D81C8**.

---

**Referência:** Processo nº 2025.000013731-4

SEI nº 3505926

Local: Porto Alegre